

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Láís Helena Andreis Trizotto**

**A EXPERIÊNCIA MILITAR ISRAELENSE E A DOCTRINA DA BATALHA  
AEROTERRESTRE**

Porto Alegre

2015

**LAÍS HELENA ANDREIS TRIZOTTO**

**A EXPERIÊNCIA MILITAR ISRAELENSE E A DOCTRINA DA BATALHA  
AEROTERRESTRE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2015

**LAÍS HELENA ANDREIS TRIZOTTO**

**A EXPERIÊNCIA MILITAR ISRAELENSE E A DOCTRINA DA BATALHA  
AEROTERRESTRE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins  
UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro  
UFRGS

### CIP - Catalogação na Publicação

Trizotto, Laís Helena Andreis

A Experiência Militar Israelense e a Doutrina da  
Batalha AeroTerrestre / Laís Helena Andreis Trizotto.

-- 2015.

74 f.

Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Batalha AeroTerrestre. 2. Guerra do Golfo. 3.  
Primeira Guerra do Líbano. 4. Guerra do Yom Kippur.  
5. Israel. I. Quedi Martins, José Miguel, orient.  
II. Título.

*A Anélia Helena Gottardo Andreis (in memoriam) e  
Heloísa Helena Andreis Trizotto, as Helenas que me  
precedem e cujo legado de força, independência,  
dedicação e amor tenho a honra de (tentar) continuar.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, devo agradecer à República Federativa do Brasil, pela oportunidade de estudar em uma universidade de excelência, onde me foi possível questionar e construir.

Fundamentalmente, devo agradecer a minha família, pelo incentivo e amor, e por suportarem com muita paciência as minhas ausências, minha distração e minhas peculiaridades: aos meus pais, Heloísa Helena Andreis Trizotto e Jandir Trizotto, pelos exemplos de retidão e caráter e, acima de tudo, por sempre incentivarem meu crescimento pessoal e meus estudos, sem medir esforços para apoiar as conquistas que hoje alcancei; às minhas irmãs, Mauren e Débora por, além de aturarem minhas idiossincrasias, devolverem um pouco da sanidade que, às vezes, me foge no dia a dia; aos meus cunhados, Fábio e Mateus, meus pares sob o signo de peixes, que nunca deixam de alegrar meu dia.

Agradeço, também, à Turma 08 das Relações Internacionais, como coletivo, pelo ambiente de construção e de debate que fomentou muitas das mudanças pelas quais passei durante a graduação e que me transformaram na pessoa que sou hoje. Em especial às pessoas que participaram de forma mais próxima da minha realidade acadêmica e que acabaram por se transformar em grandes amigos: Guilherme Simionato, João Arthur Reis, Willian Roberto, Marília Closs, Júlia Tocchetto, Giordano Ronconi, Mirko Pose, Ana Melos, Patrícia Machry.

Além disso, às amigas e amigos que, sabe-se, serão para a VIDA TODA, e estiveram ao meu lado em todos os momentos dessa jornada que é a universidade, tornando-a, de várias formas, cheia de momentos alegres e coloridos: Patrícia Grechi, Angela Brandalise, Leonardo Weber, Jéssica Höring, Giovana Zucatto, Marina Scomazzon, Mariele Christ, Francine Ferraro, Victor Merola, Adson Machado e André França.

Um importante agradecimento deve ser feito às pessoas que, dentro ou fora da universidade, trazem de volta a leveza necessária à vida desta formanda: Bruna Tonello Giuliatti, Raíssa Mattana, Aírton Gregório, Letícia Pedrini, Giovana Marossin, Luiz Augusto Rossetto e Bruno Titon, que coloreminha vida com matizes únicas e especiais.

Às pessoas que fizeram parte dessa porção de (nossas) vidas que chamamos de Escritório, um especialíssimo agradecimento, afinal, a rotina diária sem Helena Terres, Humberto Carvalho, João Gabriel Burmann, Bruno Magno, Gustavo Feddersen, João Chiarelli e Osvaldo Alves talvez tivesse sentido, mas certamente não teria coração.

Meu agradecimento à banca de avaliação, na pessoa dos Professores Dario Ribeiro e Marco Cepik, pela disposição e paciência em avaliar este trabalho, falho como ele é.

A Mauricio Woffchuck, a cujo trabalho tenho a honra de (tentar) dar continuidade.

Por fim, ao meu querido orientador, José Miguel Quedi Martins, pelas preciosas lições de sociologia, filosofia, política, história, estudos estratégicos e relações internacionais, e, acima de tudo, por acreditar em mim e por SEMPRE nos ensinar o valor da autonomia intelectual.

Tenho a mais absoluta certeza de que alguns foram, aqui, esquecidos. Gostaria de, desde já pedir perdão pelo descuido. Ele certamente é motivado pelo cansaço durante este trabalho e não por falta de gratidão.

*“Tudo começa dentro.”*

*“O futuro de nosso povo depende de uma decisão renovada a respeito de nosso objetivo nacional.”*

Iftach Spector (Alto e Bom Som)

## RESUMO

Este trabalho trata de um estudo prospectivo acerca das semelhanças entre a experiência militar israelense e o proposto na Doutrina da Batalha AeroTerrestre (ALB). A operacionalização do conceito de ALB será obtida através da análise da Guerra do Golfo (1991), o primeiro exemplo de aplicação da ALB pelos EUA. Daí pretende-se construir uma tipologia, mas que distinga variáveis e indicadores que permitam a comparação desta com as experiências israelenses anteriores: A Guerra do Yom Kippur de 1973 e a Guerra do Líbano de 1982. Espera-se com isso responder à seguinte pergunta: existem semelhanças entre a experiência militar de Israel e o proposto pela formulação doutrinária estadunidense (Batalha AeroTerrestre) e a prática da guerra no Golfo em 1991? A hipótese principal da pesquisa responde positivamente a pergunta, acrescentando que a experiência militar de Israel em 1973 se aproximou dos marcos gerais do debate doutrinário nos EUA, enquanto a Guerra de 1982 se aproximou da posição de Starry neste debate, que se estendeu entre 1976 e 1986.

**Palavras-Chave:** Batalha AeroTerrestre; Guerra do Golfo; Guerra do Yom Kippur, Guerra do Líbano; Israel

## **ABSTRACT**

This monography focuses on a prospective study about the israeli military experience's similarities with what's suggested in the AirLand Battle (ALB) Doctrine. The ALB concept will be operationalized trough the analysis of the 1991 Gulf War, first example of the use, by the USA, of the ALB. With this analysis, one intends to form a typology, in wich variables are discerned, in order to allow one to compare the Gulf War with the previous Israeli experiences: the Yom Kippur War (1973) and the Lebanon War (1982). With this typology, one intends to answer the following problem: "are there similarities between the israeli military experience and the doctrinal formulation in the USA (AirLand Battle) and, thus, the 1991 Gulf War?" The main hypothesis answers positively to this question, adding that Israel's experience in 1973 approached the main guidelines of the doctrinal debate in the USA, while the 1982 War approached Starry's stance in this same debate, that endured between 1976 and 1986.

**Key Words:** AirLand Battle; Gulf War; Yom Kippur War; First Lebanon War; Israel.

## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> – GUERRA DO GOLFO (1991) – Movimentação das Tropas da Coalizão.....	26
<b>Figura 2</b> – FRONT CENTRAL DA OTAN – Corredores de Abordagem Soviéticos.....	36
<b>Figura 3</b> – GUERRA DO YOM KIPPUR (1973), SINAI – Operação Gazzelle.....	38
<b>Figura 4</b> – GUERRA DO YOM KIPPUR (1973), GOLÃ – Movimento de Pinça.....	43
<b>Figura 5</b> – GUERRA DO LÍBANO (1982) – Marcha para Beirute.....	55

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. AS OPERAÇÕES NA GUERRA DO GOLFO (1991): DEFININDO A BATALHA AEROTERRESTRE.....</b>	<b>15</b>
2.1 Antecedentes da Guerra do Golfo.....	16
2.2. A Tempestade no Deserto.....	20
2.2.1. A Ofensiva Aérea.....	20
2.2.2. A Ofensiva Terrestre – As Cem Horas.....	26
2.2.3. A Participação da Marinha e dos Fuzileiros Navais.....	29
2.3 Conclusões Preliminares – Extraindo variáveis e indicadores e refletindo acerca dos resultados.....	30
<b>3. EXPERIÊNCIA DE ISRAEL NA GUERRA DO YOM KIPPUR E O DEBATE DOCTRINÁRIO NOS EUA.....</b>	<b>33</b>
3.1. A Guerra do Yom Kippur .....	34
3.2. A Frente do Sinai e a Defesa Avançada.....	35
3.2.1. Conceito de Defesa Avançada.....	35
3.2.2. A Experiência no Sinai – Sharon e a Operação Gazelle.....	37
3.3. A Frente do Golã.....	40
3.3.1. A Ofensiva Síria.....	41
3.3.2. O Papel da Força Aérea Israelense.....	44
3.3.3. A Formulação do AirLand Battle (Batalha AeroTerrestre).....	45
3.4. Conclusões Preliminares.....	46
<b>4 A GUERRA DO LÍBANO (1982): ENSAIO GERAL DA BATALHA AEROTERRESTRE.....</b>	<b>50</b>
4.1. Antecedentes e Contexto Regional.....	51
4.2. A Marcha para Beirute: Operações no Litoral e na Região Central.....	54
4.3. O Poder Aéreo sobre o Líbano: A Supressão de Defesa Antiaérea no Vale do Bekaa.....	58
4.4. Conclusões Preliminares – a Prefiguração do Golfo.....	61
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de elucidar o surgimento do conceito de Batalha AeroTerrestre (ALB) na formulação doutrinária estadunidense a partir da experiência militar israelense na Guerra do Yom Kippur (1973) e na Guerra do Líbano (1982). Para que se possa atingir este resultado, faz-se necessário que, inicialmente, se estabeleça uma base comum acerca das características mais gerais da ALB. Para isto, pretende-se proceder ao estudo da Guerra do Golfo de 1991, tida como expressão prática do conceito (Toffler & Toffler, 1994; Schubert & Kraus, 1998; e Pietrucha, 2015) e extrair da realidade empírica as variáveis e indicadores que possam permitir, retrospectivamente, a comparação entre esta conflagração e a experiência militar prévia de Israel: A Guerra do Yom Kippur de 1973 e a Guerra do Líbano de 1982.

Espera-se, com isso, atender ao principal problema de pesquisa, expresso na seguinte pergunta: Existem semelhanças entre a experiência militar de Israel e o proposto na formulação doutrinária estadunidense (Batalha AeroTerrestre) e a prática da guerra no Golfo em 1991? A hipótese principal da pesquisa responde positivamente a pergunta, acrescentando que a experiência militar de Israel em 1973 espelhou os marcos gerais do debate doutrinário nos EUA. De um lado, a Frente do Golã, levou Don Starry a formular o conceito de Batalha em Profundidade – que, mais tarde (FM 100-5/1982-86) se converteria na ALB –, de outro, a experiência do Sinai, que inspiraria Mearsheimer a formular seu conceito de Defesa Avançada – posição derrotada no âmbito do debate estadunidense.

De seu turno, a Guerra do Líbano representa a definição do debate, uma vez que se constitui como a prefiguração da ALB: em certa medida, as operações da Força Aérea Israelense no Vale do Bekaa podem ser consideradas uma versão antecipada da campanha aérea da Operação Tempestade no Deserto (1991); por sua vez, as operações terrestres na Marcha para Beirute – com o emprego de uma vanguarda blindada fortemente apoiada por artilharia e aviação de ataque; unidades de paraquedistas e helicópteros pesados operando envolvimento em profundidade e, além disso, o uso de forças anfíbias para cortar linhas de suprimento – podem ser consideradas como uma realização precoce da campanha terrestre da mesma Operação. De fato, a uma primeira vista, a linha de progressão entre Rosh Hanikra e Beirute constitui-se em um exemplo ainda mais acabado que o posto em prática em 1991, afinal, neste último e mais recente, os fuzileiros navais ficaram apartados da luta em virtude das minas marítimas.

Antes de se falar em Batalha AeroTerrestre, importa que se situe rapidamente os marcos do debate (1976-86) para estabelecer um conceito prévio que, espera-se, possa ser confirmado durante a primeira etapa do trabalho. A noção de Starry de Batalha em Profundidade, segundo os Toffler (1994), estabelecida a partir de suas observações acerca do Golã, pode ser sintetizada brevemente em dois aspectos: (i) a correlação de forças geral não importa; e (ii) a iniciativa é o principal elemento de definição (TOFFLER & TOFFLER, 1994: 66). A estes dois elementos, os próprios Toffler encarregam-se de acrescentar um terceiro: a opinião pública é volátil, as guerras precisam ser curtas com poucas baixas e custo econômico limitado (TOFFLER & TOFFLER, 1994: 73), e, por isso, fulminantes e decisivas. Justamente por isso, a feição principal da Defesa em Profundidade, herdada pela ALB, envolve uso de operações em profundidade, manobras de ação indireta, ataques aéreos decapitantes e operações especiais, com íntima conexão entre forças aéreas, terrestres e navais, tudo presidido pelo uso intenso de tecnologia.

Em contrapartida, a experiência do Sinai – onde a frente era incomensuravelmente mais profunda – sugeriu uma atitude muito diferente daquela sistematizada por Starry em relação ao Golã. Embora o avanço célere de uma vanguarda blindada também se fizesse presente, o que distingue o Sinai do Golã é o concurso da logística e da engenharia para permitir a rápida transposição do Canal de Suez, criando uma cabeça de ponte que separou o Segundo e Terceiro Exércitos Egípcios. E, então, ao invés de persistir na progressão ou apostar no envolvimento de um ou ambos os exércitos, simplesmente instalaram sítios de SAMs, construíram fortificações, mantendo-se como um “exército em suspensão” (para parafrasear Mahan), atraindo a força aérea egípcia para o enfrentamento com seus SAMs e caças (tecnologicamente mais avançados). Em resumo, foi a presença da divisão israelense (componente combatente de três brigadas) na margem ocidental de Suez que acabou por paralisar a progressão do Segundo e Terceiro exércitos, que há muito já haviam transposto Suez em direção a Israel, o elemento que derrotou a ofensiva egípcia. O Terceiro Exército, que já havia transposto o Canal, acabou cercado e isolado, sendo salvo apenas pela intervenção da diplomacia soviética. A concepção de Defesa Avançada de Mearsheimer – constituída em oposição tanto à Defesa Móvel de Manstein quanto à Defesa Ativa de DuPuy e que, involuntariamente, acabou polarizando o debate teórico com a concepção de Starry. Mearsheimer traz a lume seu primeiro artigo sobre o tema no momento exato em que, no Oriente Médio, trava-se a campanha do Líbano e, nos EUA, era publicado o FM 100-5

daquele ano, este último já inspirado pelo novo comandante do TRADOC à época, General Don Starry.

Sinteticamente, o que Mearsheimer propunha era reproduzir no corredor de Fulda, situado entre a Alemanha Oriental e a ex-Tchecoslováquia, o feito israelense no Sinai: paralisar a rapidez do avanço soviético pela manutenção de um escalão (no valor de corpo “em suspensão”). Naturalmente, Mearsheimer dava-se conta de que, diferentemente dos egípcios, os soviéticos eliminariam o enclave. Mas isto tomaria da Organização do Tratado de Varsóvia (OTV) tempo suficiente para que a munição guiada de precisão das forças aéreas da OTAN cumprisse seu papel: destruir a força aérea – neste particular, nos termos do Golã, no ar – e as linhas de suprimento da OTV. Em suma, Mearsheimer propunha a combinação do melhor de dois mundos: o benefício da iniciativa operacional e a defensiva no plano estratégico e tático. O corpo seria sacrificado, mas Mearsheimer o considerava um preço justo para evitar-se a guerra nuclear pelo estabelecimento precoce de um impasse, que apenas o concurso das armas nucleares não seria capaz de modificar substancialmente.

Contudo, a marcha de Sharon para Beirute em 1982 deixou os palestinos, sírios, soviéticos e o mundo todo estarrecidos. A imagem de celeridade, eficácia, definidora da campanha obscureceu a realização anterior, do mesmo general, em 1973 no Sinai.

Este conceito operacional, praticado em 1982 e 1991, converteu-se não apenas em dominante no âmbito EUA/OTAN, mas em modelo para a modernização das forças armadas das Grandes Potências – caso de Rússia, China, Índia e ainda em curso no Brasil. Como referido anteriormente, a recepção da doutrina deu-se de forma desigual, o que permite estabelecer referentes hodiernos para o balanço do Conceito como um todo: enquanto na Alemanha, França e Inglaterra as ideias de Starry sobre desimportância da correlação geral, importância da iniciativa e, somada a dos Toffler sobre o caráter rápido e decisivo necessário pela inconstância da opinião pública levaram à opção por um perfil de força que privilegia a mobilidade estratégica em detrimento da massa, constituindo forças armadas formadas exclusivamente por profissionais, Rússia, China e Índia parecem ater-se mais à posição propugnada por Mearsheimer (Defesa Avançada), pois parecem procurar combinar a mobilidade (necessária para a progressão rápida e em profundidade) com a massa (imprescindível para a defesa estratégica), constituindo o que Édson Neves (2015) denominou, para o caso da Índia, um perfil de força híbrido. Aqui pode-se observar a diferença dos impactos no âmbito das capacidades industriais e da resistência do tecido

social: os países da OTAN, com exceção dos EUA, que possuem forças profissionais, mas em grandes números, ao desfazerem-se da base industrial de defesa, acabaram também por desindustrializar-se e, frente a Crise de 2008, suas economias se revelaram menos resilientes que as dos três membros dos BRICS citados, dois dos quais sujeitos a algum tipo de embargo (China e Rússia).

Com isto, espera-se ter-se justificado a relevância do tema do ponto de vista social: há uma conexão verificável entre perfil de força (profissional ou híbrido), capacidade industrial e produtiva e coesão social. Do ponto de vista acadêmico, a pretensão é a de dar continuidade ao trabalho de Maurício Woffchuck, que fez um ensaio exploratório acerca das capacidades e demandas do Brasil e de Israel para a guerra na era da informação. Concluindo pela oportunidade de uma parceria estratégica entre ambos.

Esta percepção, que procura relacionar o papel da Doutrina nas aquisições (licitações) de material bélico, capacidades produtivas e industriais, com a geração de emprego e renda e o próprio projeto de desenvolvimento encontra ampla guarita na legislação brasileira, expressa na Estratégia Nacional de Defesa (END – Decreto 6.703/2008) e no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN – Decreto 7.438/2011).

Dessa forma, o trabalho se divide em 3 capítulos, além desta introdução e da conclusão do trabalho. O primeiro capítulo faz as vezes de marco teórico, procurando estabelecer uma tipologia da Batalha AeroTerrestre através da análise da Guerra do Golfo (1991), extraíndo-se variáveis e indicadores para a posterior comparação. O segundo capítulo trata da experiência israelense na Guerra do Yom Kippur (1973) e do debate doutrinário da época, buscando nela os elementos que viriam a influenciar a construção do conceito operacional em tela. O terceiro capítulo estuda a Guerra do Líbano (1982) como prefiguração da Batalha AeroTerrestre, buscando utilizar as variáveis e indicadores extraídos no decorrer do primeiro capítulo. Por fim, temos as conclusões que, além de retomarem as hipóteses aqui apresentadas, ainda trabalha com a possibilidade, no futuro, de uma parceria estratégica entre Brasil e Israel.

## **2 AS OPERAÇÕES NA GUERRA DO GOLFO (1991): DEFININDO A BATALHA AEROTERRESTRE**

Conforme mencionado na introdução acima, este capítulo objetiva fazer as vezes de um marco analítico, somado à conceituação básica de vocabulário acerca da Batalha AeroTerrestre, formando um modelo de pesquisa para seu estudo. Dessa forma, pretende-se aqui analisar a experiência de guerra da Coalizão Ocidental no Golfo em 1991, com a intenção de se estabelecer parâmetros para a construção de uma tipologia que contenha variáveis e indicadores que possamos utilizar para, então, compará-la às experiências anteriores, do Yom Kippur (1973) e do Líbano (1982).

Assim, o problema de pesquisa que norteia este capítulo está expresso na pergunta: “Quais as variáveis e indicadores que surgem a partir da análise da Guerra do Golfo de 1991 como experiência de ALB e que podem remeter à experiência militar de 1973 e de 1982 as origens da Batalha AeroTerrestre?”

Durante a Introdução, estabeleceu-se um conceito preliminar de Batalha AeroTerrestre, operacionalizado a partir de Toffler & Toffler (1994) que, para efeitos deste primeiro capítulo, toma a forma de hipótese secundária:

“A Batalha AeroTerrestre é uma conceito operacional que determina o uso de operações em profundidade, manobras de ação indireta, ataques aéreos decapitantes e operações especiais, com íntima conexão entre forças aéreas, terrestres e navais, tudo isso presidido pelo uso intenso de tecnologia no campo de batalha, objetivando uma guerra curta, com poucas baixas e custo limitado”.

Esta operacionalização tenta elencar alguns dos principais elementos da Batalha AeroTerrestre, partindo dos princípios elencados por Starry. Para verificarmos essa operacionalização de Toffler & Toffler, devemos partir para a análise das operações na Guerra do Golfo. Anteriormente, porém, deve-se introduzir o contexto em que esta guerra foi travada e seus motivos. Portanto, este capítulo deve se dividir em quatro seções, incluindo esta breve introdução: inicialmente, trataremos dos antecedentes e causas da Guerra, oportunidade em que também trataremos da Operação Escudo do Deserto; após, trataremos das operações durante a Tempestade no Deserto; e, por fim, à guisa de conclusão,

retomaremos a hipótese principal de forma a encontrar as variáveis e indicadores que nortearão o restante deste trabalho.

## **2.1 Antecedentes da Guerra do Golfo**

Em 1979, a Revolução Iraniana e a intervenção soviética no Afeganistão suscitaram uma profunda modificação doutrinária nos parâmetros estratégicos que até então orientavam a Política Externa e de Segurança dos EUA. Embora a bipolaridade, e a competição estratégica a ela associada – “Guerra Fria” –, tivessem irradiado-se pelo mundo todo, suas frentes mais imponentes de confrontação permaneciam sendo aquelas em que havia sido definida a Segunda Guerra Mundial. Resumindo, empilhavam-se exércitos e armas nucleares na Europa e na Ásia-Pacífico e a Guerra Fria assistia a seus “episódios quentes” (Coreia e Vietnã). América Latina (a despeito da Crise de Cuba de 1962), sul da Ásia, África, e mesmo o Oriente Médio, onde travavam-se guerras por procuração, não contavam com concentrações expressivas de tropas ou armas, quer dos EUA ou da URSS.

A Revolução Iraniana e a presença soviética no Afeganistão deram origem à Doutrina Carter que, como destacaria anos depois (1985) seu principal formulador – e assessor de segurança nacional da Presidência – Zbigniew Brzezinski, repousava na assunção de que o futuro dos EUA dependeria do Golfo Pérsico, especificamente de quem teria a hegemonia na região compreendida pelo Irã e Paquistão. Até então os EUA haviam se pautado pela Doutrina Nixon (ou Guam) que beneficiava-se da divisão do esforço de segurança entre aliados regionais e a OTAN, dispersão da base industrial de defesa entre os mesmos e fazia uso dos meios de pagamento para desafiar a URSS no Terceiro Mundo, acumulando pequenas vantagens que, até aquela data (1979), visivelmente haviam neutralizado a derrota americana no Vietnã (1973).

A Doutrina Carter – diferentemente do que havia sido a política estadunidense em todo o desenrolar da Guerra Fria e, mesmo, nas duas Guerras Mundiais que a precederam – previa o engajamento direto de forças americanas no Oriente Médio, notadamente na fronteira imaginária que perpassa o Golfo e separa a Península Arábica do restante da Ásia. Embora formalmente dirigida contra a URSS, elaborada nos termos de uma resposta ao envolvimento soviético no Afeganistão, o ressaibo neocolonialista da Doutrina Carter não

passou despercebido dos contemporâneos. Duas semanas depois de seu anúncio pelo presidente estadunidense, Saddam Hussein proferiu um discurso que passou a ser divulgado como “Doutrina Hussein”, que afirmava: “a defesa coletiva árabe e rejeitava qualquer presença externa no Golfo” – valendo-se dos preceitos de um eminente presidente estadunidense (James Monroe) para fazer frente a Carter (MILLER & MYLROIE, 1990: 102).

Em função da Doutrina Carter, operou-se uma profunda alteração no perfil das forças estadunidenses, que passaram então a privilegiar a mobilidade estratégica, a construção de um grande contingente de deslocamento rápido e sobrevalorizar o papel da vantagem qualitativa e da iniciativa em detrimento do Modo Americano Tradicional de Fazer a Guerra, baseado na produção em massa e massas de exércitos. Em suma, neste período passaria a gestar-se a Doutrina e o tipo de emprego de força que teria lugar na Guerra de 1991 e, principalmente, nas intervenções estadunidenses posteriores<sup>1</sup>. Esta mudança de atitude americana teria as mais graves consequências dentro e fora dos EUA, mesmo no pós Guerra Fria e, sobretudo, nos dias de hoje. Elas dizem respeito à forma dos EUA exercerem a hegemonia, à maior ou menor funcionalidade dos gastos em defesa no que tange à liderança tecnológica e à geração de emprego e renda. Contudo, não cabe nos limites deste trabalho, explorar esta temática. Cumpre, entretanto, destacar suas decorrências mediatas, relacionadas à Guerra do Golfo de 1991.

Ainda em 1972, os EUA haviam obtido um grande trunfo com a adesão da China ao seu leque de alianças – o que alterou a polaridade da região, já que agora podiam contar com quase um bilhão de chineses colocados na retaguarda da URSS. Em 1979, com a eclosão da Guerra Irã-Iraque e a Paz de Camp David, alterou-se também as interações no Oriente Médio, com a polarização deslocando-se do eixo árabe-israelense para o persa-árabe. O que acarretou evidentes benefícios para os EUA que, graças ao sistema de crédito de parceiros e aliados, pode manter uma posição de ambiguidade que serviu na época para manter os dois contendores (Iraque e Irã) afastados da URSS: ao mesmo tempo em que eram acusados de fornecer peças de reposição ao Irã, mantinham um comércio com o Iraque que chegava à monta de US\$3 bilhões anuais durante a década de 1980.

---

<sup>1</sup>. **Forças Armadas Híbridas** – de acordo com Édson Neves (2015), em 1991 os EUA ainda não haviam completado a reforma de suas forças armadas. Basta dizer que, em muitos aspectos (i.e. tanques e aviões) atacaram na proporção de 3:1 ou ainda com maior vantagem numérica. Em um mesmo sentido, Max Boot se refere ao “Novo Modo Americano de Fazer a Guerra”, referindo-se ao Afeganistão (2001) e Iraque (2003), em todo o caso, ambos situados dez anos depois da conflagração que é tema deste capítulo (1991).

Logo após o fim da conflagração (1988), que exauriu e arrasou ambos os beligerantes, Saddam Hussein, por conta da dívida externa e da disputa territorial com o Kuwait, passou a ameaçar este país de invasão. O fez reiteradas e repetidas vezes para diplomatas ou mesmo em pronunciamento em foros internacionais. Os EUA mantiveram-se em atitude cautelosa e ambígua. De um lado passaram a restringir o acesso do Iraque a tecnologias sensíveis – ou mesmo de emprego dual –, por outro lado, fez ouvidos de mercador às exigências de Saddam, que desejava que os americanos pressionassem o Kuwait para negociar. Ilustra esta ambiguidade da diplomacia americana a conversa mantida entre a embaixadora americana no Iraque, April Glaspie, com Hussein pouco antes de eclodirem as hostilidades – em todo o caso, a último contato oficial de um diplomata americano com o presidente do Iraque (MILLER & MYLROIE, 1990, p. 164).

Deste modo, não foi apenas o Iraque, mas o mundo todo que se surpreendeu com a dureza dos termos e ações empreendidas pelos EUA quando se consumou a ocupação do Kuwait pelo Iraque. Em 1989, a queda do muro de Berlim pode ser tomada como o evento símbolo do Fim da Guerra Fria. A própria URSS via-se envolvida em dificuldades internas de monta considerável, basta lembrar que ao fim do mesmo ano em que teve lugar a guerra, ela deixou de existir (25/12/1991). Os EUA obtiveram uma espécie de unanimidade mundial – eventualmente sem precedentes –, mas, ainda assim, nem mesmo o início do “Escudo no Deserto”, do qual se fala a seguir serviu para demover o presidente do Iraque de que os EUA (e a esta altura, a ONU) falavam sério. Eventualmente os termos duros dentro dos quais foram feitas as exigências ao Iraque podem ter feito o ditador preferir enfrentar a guerra que a desmoralização e o risco de deposição interna – o que se daria de todo o modo, mas apenas 12 anos depois, e em outra guerra.

Nesse contexto, iniciam-se as preparações estadunidenses para a guerra, através da Operação Escudo no Deserto – a transferência de pessoal e armamentos dos EUA e seus aliados para território saudita. A Operação provinha de um plano operacional já existente nos Estados Unidos, designado única e exclusivamente para proteger os campos de petróleo sauditas de possíveis ataques (fossem estes executados por outros países árabes ou pela antiga União Soviética). Neste sentido, com o planejamento já conformado, restava convencer a monarquia saudita a aceitar a presença militar estadunidense em seu território (FINLAN, 2003: 13-16).

Uma comissão estadunidense se encarregou da tarefa no dia 06 de agosto de 1990, mostrando ao rei saudita imagens de satélite das crescentes concentrações de tropas iraquianas na fronteira saudita. Com o aceite do rei, começaram os esforços para o envio de tropas de uma larga coalizão à Arábia Saudita. O envio de tropas, de fato, se estendeu por meses, durante os quais foram alocados cerca de 400 mil homens e milhões de toneladas de suprimentos e equipamentos foram deslocados para a região.

Além das forças americanas, as forças do Reino Unido e França (principalmente) e da Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canada, Egito, Grécia, Holanda, Itália, Kuwait, Nova Zelândia, Bahrein, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos contribuíram com os esforços da coalizão, primordialmente com o envio de aeronaves, navios de guerra e com auxílio financeiro (CHANT, 2001: 32-43). Em um total aproximado, as tropas da coalizão somavam cerca de 800 mil homens, sendo que quase metade deste número era composta por nacionais americanos. Ainda, entre os sistemas de armas, a coalizão contava com aproximadamente duas mil aeronaves de combate, além de aeronaves de carga, de guerra eletrônica, de comando e controle e de vigilância por radar (FINLAN, 2003:6-9). Também importa destacar as contribuições na forma de vasos de superfície (principalmente grupos de combate de porta-aviões) e de suas alas aéreas no âmbito da Marinha.

Nesse sentido, deve-se dar destaque a alguns sistemas de armas utilizados durante a ofensiva e que são relevantes à análise: O EC-130E ABCCC<sup>2</sup>, o E-2 Hawkeye, o E-3 Sentry e o E-8 J-STARS, como aeronaves de vigilância, rastreamento, comando e controle, aquisição de alvos e vetoramento de capacidades; as aeronaves de guerra eletrônica, EF-111 Raven, EC-130H Compass Call, EA-6B Prowler e RC-135 Rivet Joint, utilizados para interceptação e obstrução de sinais e comunicações; o A-10 Warthog como aeronave de apoio aproximado de fogo, agindo, principalmente, contra os blindados iraquianos; os F-15 Eagle, F-14 Tomcat e F/A-18 Hornet como caças de superioridade aérea, cujo principal uso seria proteção dos E-2 e E-3 e para manter o espaço aéreo livre de aeronaves iraquianas; além do F-16 Fighting Falcon, do F-4 Phantom II e do F-111 Aardvark como aeronaves de interdição e ataque ao solo, e do do F-117 Night Hawk, aeronave de ataque ao solo. Essas foram algumas das aeronaves que garantiram a superioridade aérea da coalizão durante a guerra do Golfo,

---

<sup>2</sup>. **EC-130E ABCCC – Airborne Battlefield Command and Control Center**, ou Centro de Comando e Controle de Batalha Aerotransportado – Aeronave desenvolvida a partir do C-130 Hercules, tinha a função de, como o próprio nome evidencia, atuar como um relé de comunicação, controlando as movimentações e missões no campo de batalha abaixo de si. Dentre as aeronaves mencionadas (E-2, E-3 e E-8), é a única que não possui radares para a detecção e vetorização de alvos.

permitindo que a coalizão tivesse plena liberdade para executar suas missões nos céus iraquianos. Além disso, importa ainda destacar o papel do B-52 como bombardeiro principal.

Ainda importam os sistemas que, nas forças terrestres, permitiram o avanço quase que incólume da coalizão: o tanque M1A1 Abrams, um dos melhores disponíveis à época; o IFV Bradley, equipado com armas antitanque; o MLRS (Multiple-Launch Rocket System), sistema de lançamento de foguetes; além de largas quantidades dos novos helicópteros Apache. Grande parte desses sistemas tiveram suas requisições de licitação e produção feitos no mesmo período em que se desenvolveu a doutrina da Batalha AeroTerrestre.

A Operação Escudo no Deserto ainda importa por asseverar a importância da Logística Aerotransportada. A Operação tratou de levar bilhões de toneladas em sistemas de armas, munições, combustível e suprimentos para mais de 800 mil homens em solo estrangeiro. Quase a totalidade destes suprimentos foi transportada pelos cargueiros da coalizão. Nesse sentido, se destaca a importância de uma frota de aeronaves de transporte pesado, e do estabelecimento de pistas de pouso para a entrega de suprimentos.

## **2.2) A Tempestade no Deserto**

Os primeiros ataques da Operação Tempestade no Deserto iniciaram na madrugada do dia 17 de janeiro de 1991. A Operação seria empreendida em duas fases: a primeira (que durou cerca de 40 dias) constituída pelo bombardeio de centros de comando e controle, infraestrutura e posições no Iraque e Kuwait; e a segunda (cuja duração foi de cerca de 100 horas) constituída pelo avanço em solo de tropas da coalizão.

### **2.2.1) A Ofensiva Aérea**

Antes de nos determos à descrição das operações durante a Guerra do Golfo, importa que se atente a alguns conceitos que presidiram a condução das operações: Consciência de Situação; Comando e Controle, Guerra Centrada em Rede e Superioridade e Supremacia Aérea.

A Consciência de Situação, atualmente, diz respeito ao conhecimento imediato daquilo que se passa no campo de batalha real. Enquanto isso, o Comando e Controle diz respeito à capacidade de interferência eficiente e organizada nesse campo de batalha, além do conhecimento imediato acerca dos resultados de ações empreendidas. A conexão destes dois elementos (Consciência de Situação e Comando e Controle) constitui o que, hoje, convencionou-se chamar de Teatro Sintético de Guerra (STOW – Synthetic Theater of War). O conceito de Teatro Sintético de Guerra só surgiria ao final dos anos 1990, mas suas funções eram executadas separadamente no campo de batalha durante 1991 por diferentes sistemas de armas – o EC-130E ABCCC, o E-2 Hawkeye, o E-3 Sentry e o E-8 JSTARS.

O E-3 Sentry e o E-2 Hawkeye, aeronaves AWACS, ou seja, equipadas com poderosos radares de arranjo fásico<sup>3</sup>, executavam a identificação e aquisição de múltiplos alvos ao seu redor e, mais importante, abaixo de si. O EC-130E ABCCC, por sua vez, teve a função de recepção e distribuição de dados entre os diferentes sensores e vetores. Nesse contexto, importou, também, a presença de protótipos do E-8 JSTARS, aeronave com radar de abertura sintética<sup>4</sup>, capaz de detectar, identificar e fazer a aquisição de alvos no solo.

Nesse sentido, importa, ainda, destacar a importância do Air Tasking Order (ATO), o Ordenador de Missões Aéreas, principal ferramenta utilizada para a vetoração de sistemas a alvos específicos, em espaço de tempo adequado. Em outras palavras, um cronograma de bombardeios a alvos específicos, gerada pela célula de planejamento operacional (também conhecida como Buraco Negro). O ATO tinha a função de coordenar eficientemente os ataques a alvos, dando unidade e coerência à campanha aérea.

A tecnologia necessária para a construção dos Boletins Eletrônicos de Batalha e para a consecução efetiva do Comando e Controle é baseada no uso de computadores para o

---

<sup>3</sup>. **Radar de Arranjo Fásico** (Phased Array Radar) – Um radar de arranjo fásico é composto de múltiplos elementos emissores de sinal, cada um operando em fase diferente, proporcionando uma interferência construtiva/destrutiva, de modo a dirigir os feixes na direção desejada. Deste modo, o radar de arranjo fásico possui um alcance e resolução superiores a radares comuns, sendo capaz de rastrear múltiplos alvos simultaneamente. (KOPP, 1994: online) O radar de feixe de antenas remonta ainda a Segunda Guerra Mundial (IIGM), contudo antes do advento do computador a sua interferência – mesmo a construtiva, em concordância de fase – era tão grande que o ruído produzido impedia que fosse usado para qualquer finalidade prática, mesmo que para controle de voo. (RICHARDSON, 1986: 29)

<sup>4</sup>. **Radar de Abertura Sintética** (Synthetic Aperture Radar) – Radar de abertura sintética (SAR) é um sistema de radar de feixe coerente, normalmente embarcado em aviões ou satélites, que utiliza a trajetória de voo da plataforma para simular eletronicamente uma antena extremamente grande, que gera alta resolução de imagens de sensoriamento remoto. Capaz de penetrar condições meteorológicas adversas, incluindo tempestades de areia, o SAR proporciona uma consciência do campo de batalha tipicamente com alcance muito além da cobertura das armas defensivas, complementando a guiagem de munições guiadas de precisão contra alvos de superfície. (KOPP, 1997: online)

processamento de dados coletados por diversas fontes e sua distribuição em rede para os diversos vetores. Essa conexão em rede, que permite uma distribuição da consciência de situação, é conhecida como Guerra Centrada em Rede<sup>5</sup>.

Estes são os elementos que conferiram a Superioridade (e em alguns casos a própria Supremacia) Aérea<sup>6</sup> sobre o Iraque aos países da Coalizão. Ou seja, suas aeronaves poderiam, a partir de então, operar livremente sobre os céus iraquianos.

O plano de bombardeio que guiou a fase aérea da Operação foi o “Instant Thunder”, que dividia essa primeira fase em três etapas:

A **primeira fase** seria constituída por Ataques Decapitantes e por operações de Supressão de Defesa Antiaérea (Suppression of Enemy’s Air Defense, ou SEAD). Os Ataques Decapitantes são voltados às cúpulas decisórias inimigas, procurando impedir que o processo decisório central seja efetivo, além de causar baixas na moral e na efetividade das tropas. Expandindo o conceito, os ataques decapitantes também são direcionados aos principais pontos da cadeia de comando e controle inimiga, procurando quebrar o ciclo OODA<sup>7</sup>. Já a Supressão de Defesa Antiaérea consiste no aniquilamento das redes de SAMs e Baterias antiaéreas inimigas, além, é claro, de suas forças aéreas, de forma a conquistar a superioridade aérea sobre uma região. A SEAD se faz necessária principalmente para a proteção das aeronaves de comando e controle, sistemas de armas custosos e que não possuem defesa própria contra possíveis ataques.

Nesse sentido, tanto os esforços de SEAD quanto os Ataques Decapitantes se afiguram no primeiro ataque das forças da coalizão, reivindicado pelas forças terrestres: a Força Tarefa Normandia, a bordo de helicópteros Apache, teria destruído duas estações de

---

<sup>5</sup> Guerra Centrada em Rede (Net-Centric Warfare): Conceito operacional baseado em computadores e tecnologia de comunicação em rede para fornecer uma consciência compartilhada do campo de batalha. Como teoria, a Guerra Centrada em Rede propõe a aplicação dos conceitos da era da informação para acelerar as comunicações e aumentar a consciência situacional através de redes, melhorando tanto a eficiência quanto a eficácia das operações militares. A Guerra Centrada em Rede se destina a aumentar a colaboração e sincronização através do livre fluxo de informações através do campo de batalha, de modo que os dados adquiridos por sensores em rede sejam compartilhados, processados em informações e, em seguida, fornecidos rapidamente para a unidade ou sistema que fará uso deles. (WILSON, 2007: 2-3)

<sup>6</sup> **Superioridade Aérea** (Air Superiority) – Grau de domínio na batalha aérea por uma força que permite a realização das suas operações em um determinado tempo e lugar sem interferência proibitiva de ameaças aéreas ou de mísseis. (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2014: 11). Diferente de **Supremacia Aérea** (Air Supremacy), o grau de superioridade aérea em que a força de oposição é incapaz de interferir de modo eficaz dentro da área operacional usando ameaças aéreas ou de mísseis. (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2014: 11)

<sup>7</sup> Ciclo OODA – “é uma sistematização do processo de tomada de decisão racional. A premissa fundamental do modelo é que o processo de tomada de decisão é resultado de um comportamento racional, composto por quatro fases: Observação, Orientação, Decisão e Ação”(COSTA, 2014, p.25).

radar, fornecendo um corredor de abordagem para os ataques aéreos que viriam a ocorrer, na mesma noite, sobre centros de comando e controle da capital iraquiana. (FINLAN, 2003: 20; SCHUBERT & KRAUS, 1998: 230). Apenas durante a primeira noite de bombardeios, cerca de 700 aeronaves de ataque foram mobilizadas, em mais de 1.300 sortidas, acompanhadas de aeronaves cisterna, para reabastecimento, e dos próprios E-3, para vetorização, comando e controle in loco.

Dessa forma, de acordo com o plano, nas primeiras semanas da ofensiva, os alvos foram as estruturas de Comando, Controle, Comunicações e Inteligência (C3I), depósitos de armamento iraquianos, e estruturas de defesa antiaérea. Importa notar que a força aérea iraquiana praticamente não ofereceu resistência ao avanço da coalizão: muitas das aeronaves disponíveis ao Iraque não chegaram mesmo a decolar. De qualquer forma, nas primeiras semanas da ofensiva aérea, quase metade da força aérea iraquiana havia sido destruída (tanto em solo quanto no ar), e muitas das restantes terminaram por debandar, ironicamente, para o Irã, que se manteve neutro no conflito (CHANT, 2001, 72,74; FINLAN, 2003:22).

A rede de defesa antiaérea iraquiana seguiu um comportamento semelhante ao de sua força aérea. Durante os primeiros dias da ofensiva da coalizão, houve tentativas de utilizar os SAMs<sup>8</sup> iraquianos para abater aeronaves e mísseis da Coalizão. Entretanto, sobrecarregada com o número de aeronaves e, sofrendo os efeitos da tecnologia antirradiação (mísseis e ECM) utilizada em abundância durante a primeira semana da ofensiva, a rede de SAMs e radares iraquiana foi severamente incapacitada. De fato, após os primeiros dias de ataque os radares sobreviventes não eram mais ativados; o tempo necessário para identificarem e vetorarem mísseis contra aeronaves já era suficiente para que fossem detectados e, possivelmente, transformados em alvos pelos vetores da Coalizão (CHANT, 2001: 76; FINLAN, 2003: 23)

Nesse contexto, deve-se notar a importância dos sofisticados sistemas de guerra eletrônica disponíveis às forças da coalizão, principalmente na forma de RC-135s, EF-111s e EC-130s. Esses sistemas exerceram um importantíssimo papel na aplicação de Contra-Medidas Eletrônicas<sup>9</sup>, cegando os radares e comunicações iraquianas além de, quando

---

8 .Sigla em inglês para **Surface-Air Missiles**. Em português são chamados de mísseis superfície-ar ou mais comumente, mísseis antiáreos.

<sup>9</sup>. **Electronic Counter-Measures** (ECM) – Contramedidas Eletrônicas, definidas pelo emprego de dispositivos e/ou técnicas com o objetivo de comprometer a eficácia operacional da atividade inimiga no espectro eletromagnético. Envolvem ações para neutralizar ou degradar as comunicações e radares do oponente, reduzindo sua capacidade de combate. As principais técnicas utilizadas são a interferência, produzindo ruídos e

conveniente, identificar suas assinaturas eletrônicas para posterior emprego na vetoração de mísseis antirradiação (principalmente o AGM-88 HARM americano e o ALARM britânico).

Com a destruição das baterias antiaéreas e a melhora no tempo (que até então estava nublado, dificultando tarefas de reconhecimento e bombardeio) a coalizão aumentou ainda mais o ritmo de sua ofensiva, chegando a 3.000 sortidas por dia. No 11º dia da campanha, mais de 22 mil sortidas haviam sido realizadas. Mais que isso, a essa altura a coalizão também já poderia reclamar a supremacia aérea no Iraque, posto que sua rede de defesa antiaérea e seus caças estavam destruídos, danificados ou desativados.

Em uma **segunda fase**, teve destaque a aviação de Interdição e a Disrupção das linhas de suprimento iraquianas. A Interdição diz respeito ao bombardeio e destruição de pontos essenciais na infraestrutura de transportes inimigas, como viadutos, pontes, aeródromos e portos. O bombardeio dessas estruturas tinha o objetivo principal de cortar as conexões entre as forças iraquianas no sul do Iraque e no Kuwait e o centro administrativo iraquiano, Bagdad. A Interdição também é uma forma eficiente de disrupção das linhas de suprimento inimigas, impedindo que os suprimentos chegassem à frente e enfraquecendo as forças iraquianas no sul.

Dessa forma, depois de amenizada a ameaça dos SAMs, a coalizão transferiu seu foco para o isolamento das tropas iraquianas no Kuwait. Os principais alvos, agora, diziam respeito à infraestrutura de comunicação, energia e transporte, com o objetivo de cortar (ou minimizar) as possíveis conexões e linhas de suprimentos entre o as forças armadas iraquianas no Kuwait e o próprio Iraque. De fato, atingiu-se o objetivo: segundo Schubert & Kraus (1998: 232-233), em três semanas, a coalizão havia destruído a maioria das pontes vitais na linha de suprimentos iraquiana, “reduzindo o total transportado de alimentos, peças de reposição e de suprimentos médicos para o teatro do Kuwait, de 20.000 para 2.000 toneladas semanais”.

A **terceira e última etapa** se deu na forma de Operações Baseadas em Efeitos, direcionados às tropas iraquianas e à população no Iraque. A denominação Operações Baseadas em Efeitos é um eufemismo para o que se convencionaria chamar, mais tarde, choque e pavor, ou seja, a destruição não apenas física, mas moral das tropas, com o objetivo de eliminar sua coesão e, de fato, sua vontade de lutar. No caso específico da Guerra de 1991,

---

ecos na frequência utilizada pelo oponente, e o engodo, fazendo uso de chamarizes e transponders para imitar sinais falsos de radar. (POLMAR, 1979: 121)

as Operações Baseadas em Efeitos tomaram a forma de bombardeios executados pelos B-52s americanos, destruindo completamente a moral das tropas iraquianas.

Desse modo, as formações da Guarda Republicana e do exército iraquiano começaram a constituir-se como alvos dos bombardeios da coalizão, com o objetivo de dispersar e apavorar as forças em terras, criando uma vulnerabilidade que facilitaria a tomada de território. Também este objetivo foi, de fato, conquistado; quando da ofensiva terrestre, novamente, as forças da coalizão encontraram pouca resistência nos combatentes do exército iraquiano, o que fica evidente pela grande quantidade de prisioneiros de guerra rendidos voluntariamente durante a campanha. De fato, como veremos a seguir, o maior desafio imposto às forças terrestres da coalizão foi, como esperado, o representado pela Guarda Republicana.

Jon Huss evidencia o papel do bombardeio de efeitos no psicológico dos soldados iraquianos; segundo o autor, os bombardeios foram designados para destruir o moral iraquiano, através da eliminação física de divisões da Guarda Republicana por bombardeios de B-52:

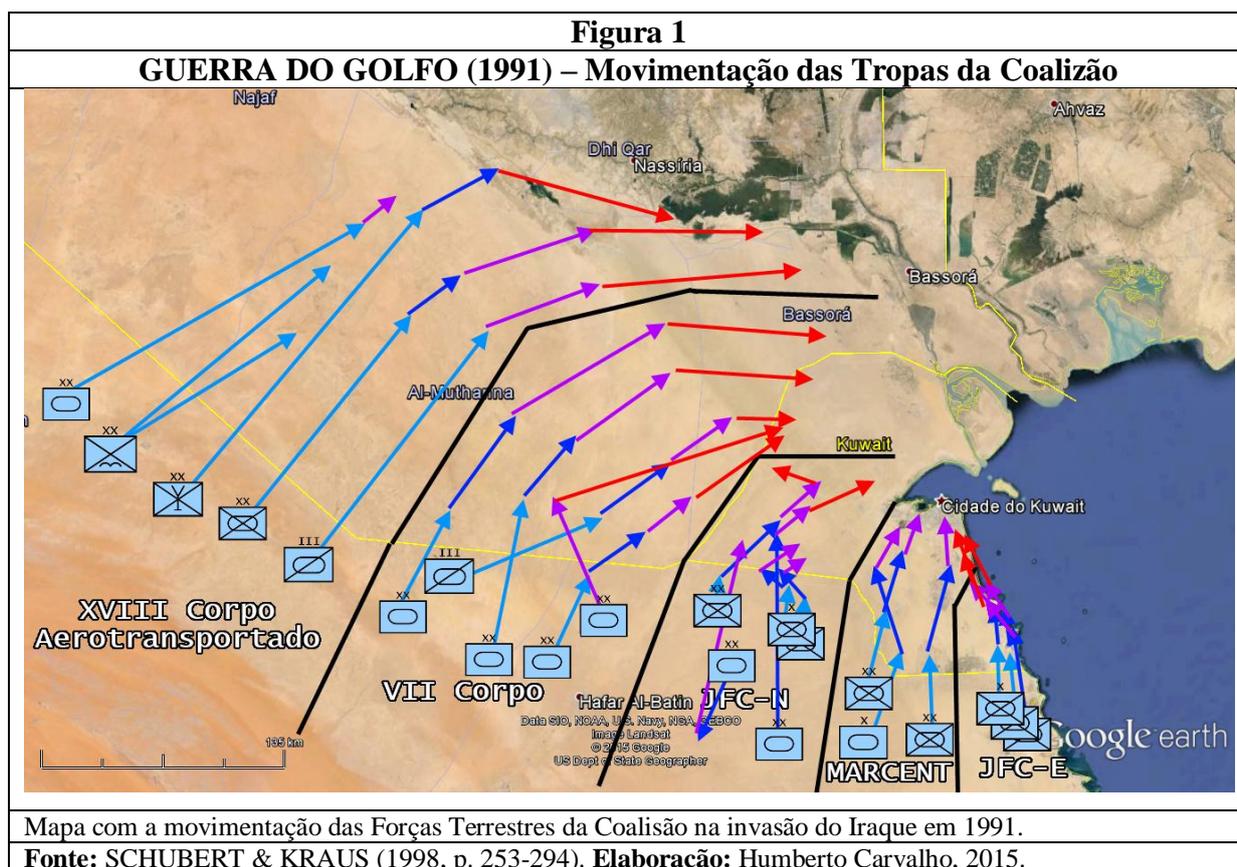
“A frustração de ver as aeronaves de uma coalizão aparentemente onipotente permanecerem nos céus, sobre o teatro de operações do Kuwaiti (KTO), sem poderem ser desafiadas, foi registrada no diário de um soldado iraquiano. Depois de passar por 21 dias das operações aéreas da coalizão, ele escreveu que ‘Os aviões inimigos patrulham os céus bombardeado-nos como se estivessem em seus próprios céus. A não ser de maneira ocasional e pontual, não há resistência que valha a pena. Não sabemos que segredos há nisto. Estão poupando resistência até que comece o esperado ataque terrestre? Não sabemos!’” (HUSS, 2001: 5).

“Sua meta incluía explorar os dividendos psicológicos do poder aéreo, mas, primordialmente, por meio da destruição. Na verdade, o dano físico ao equipamento de combate dessas divisões era leve, mas os ataques teriam extremo efeito psicológico e uma recompensa operacional. O ruído, a intensidade e a duração dos ataques de B-52 os tornaram o mais temido tipo de ataque para um número significativo de soldados iraquianos” (HUSS, 2001: 6).

Descritas as fases, resta destacar que, por óbvio, as etapas acima descritas não eram definitiva e temporalmente apartadas; muitas vezes ocorriam concomitantemente e mesclavam-se. De qualquer forma, todos os ataques também tinham a intenção declarada de

destruir a coesão das forças iraquianas, além de preparar o campo de batalha para a investida terrestre, que viria dentro de 40 dias (SCHUBERT & KRAUS, 1998: 232-233; FINLAN, 2003: 17-19).

### 2.2.2) A Ofensiva Terrestre – As Cem Horas



Por fim, no dia 24 de fevereiro de 1991, a coalizão iniciou sua investida terrestre, constituída por uma vanguarda blindada fortemente apoiada por artilharia e aviação de ataque, além de unidades de paraquedistas e helicópteros pesados operando envolvimento em profundidade.

A frente estava dividida em cinco setores de progressão: O primeiro, mais a oeste, estava sob a responsabilidade do XVIII Corpo (comandado pelo Gen Luck); o segundo, logo à direita, sob a responsabilidade do VII Corpo (comandado pelo Gen Franks) – estes dois primeiros setores correspondiam a dois terços da frente –; o terceiro sob a responsabilidade do Comando Norte das Forças Combinadas – com tropas egípcias, sírias e sauditas –; o

quarto a cargo da Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais; e o quinto a cargo do Comando Leste das Forças Combinadas – composto por tropas dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (SCHUBERT & KRAUS, 1998: 253-254).

A progressão principal deveria ser feita pelos dois Corpos, o XVIII e o VII, que deveriam, primeiramente, progredir na direção Norte para, posteriormente dobrar a Leste e atacar as posições das forças iraquianas e da Guarda Republicana. Separadamente, o XVIII Corpo deveria chegar ao Vale do Eufrates e bloqueá-lo, de forma a impedir que houvesse um recuo das tropas iraquianas por aquele corredor. Já o VII Corpo, especificamente, tinha a missão de atacar o coração das tropas terrestres e das divisões da Guarda Republicana e, por isso, tinha uma estrutura muito mais assemelhada a de um Exército do que a de um Corpo. Ao mesmo tempo, os três últimos setores deveriam avançar na direção norte, cobrindo o território kuwaitiano (SHUBERT & KRAUS, 1998: 254-263).

Nesse sentido, no primeiro dia, seriam três grandes avanços (pontas de lança) – do XVIII e VII Corpos e da Força Expedicionária dos Fuzileiros Navais – em pontos distantes no território, sobre forças armadas com uma estrutura de Comando e Controle já degradada pela campanha aérea. Dessa forma, ainda no primeiro dia foram conquistadas três posições pelo XVIII Corpo, além de conquistado um avanço significativo pelas três pontas de lança principais. Deve-se notar que, novamente, as forças terrestres iraquianas não ofereceram muita resistência ao avanço terrestre da coalizão. Nesse sentido, mostravam-se, muitas vezes, atordoados com os ataques de artilharia e os bombardeios dos B-52 e se rendiam facilmente; no primeiro dia de avanços terrestres, a coalizão logrou fazer mais de cinco mil prisioneiros iraquianos (SHUBERT & KRAUS, 1998: 254-263).

Os avanços seguiram no mesmo ritmo no segundo dia de operações terrestres, com uma forte vanguarda blindada tomando a frente nas conquistas e, muitas vezes, ganhando posições sem esforços significativos; na maioria das vezes, a mera ameaça da continuidade das barragens e concentrações de artilharia, foguetes e mísseis e dos bombardeios aéreos poderia fazer as forças iraquianas renderem posições praticamente sem lutar (SCHUBERT & KRAUS, 1998: 263-271).

O terceiro dia da investida terrestre seria marcado por uma maior resistência ao avanço da coalizão. Nesse sentido, durante a progressão do XVIII Corpo em direção ao Vale do Eufrates, no confronto com a 47ª e 49ª Divisões de Infantaria, com a Divisão Nabucodonosor da Guarda Republicana e com a 26ª Brigada de Comandos, houve uma

resistência muito maior das tropas, que fizeram frente ao XVIII Corpo por quatro horas. Esta batalha, em específico, só seria finalizada com o uso intenso de artilharia, de radares de identificação de atacante, e de toda a nova tecnologia disponível aos americanos (SCHUBERT & KRAUS, 1998: 272-279).

“Uma combinação superior de armamento e de técnica – tiro preciso dos carros Abrams e dos armamentos dos helicópteros Apache, os fogos dos canhões automáticos de 25mm dos Bradleys; a grande superioridade em artilharia; o apoio direto dos foguetes; os fogos de contrabateria e a superioridade aérea – fez a 24ª divisão [parte do XVIII Corpo] varar as unidades blindadas e de artilharia do inimigo, nas “batalhas dos vales”, tirando as tropas iraquianas de dentro de suas casamatas e viaturas aos bandos, com as mãos levantadas em rendição”. (SCHUBERT & KRAUS, 1998: 273).

Ao mesmo tempo, o VII Corpo entrou em contato com a Divisão Tawakalna da Guarda Republicana em diversas frentes, além de outras divisões das forças armadas iraquianas, travando longas batalhas nas quais, novamente, a tecnologia foi o diferencial que favoreceu a vitória da coalizão. Enquanto isso, os Fuzileiros Navais prosseguiram em sua marcha em direção à Cidade do Kuwait, tomando posições importantes na cidade: o aeroporto e uma encruzilhada entre as duas principais rodovias que saíam da cidade. Nesse contexto, as divisões dos Fuzileiros Navais agora se encontravam em clara vantagem, interceptando qualquer tentativa de recuo das tropas iraquianas em direção a Bagdad. Dessa forma, ao fim do terceiro dia, cerca de 24 divisões iraquianas haviam sido derrotadas pelas forças da coalizão e haviam, no total, mais de 30 mil prisioneiros de guerra (SCHUBERT & KRAUS, 1998: 272-279).

No quarto dia do avanço terrestre, o VII Corpo, depois de superado o desafio oferecido pela Divisão Tawakalna da Guarda Republicana, conseguiu se colocar em posição para avançar em direção ao leste, cortando as posições iraquianas, atacando sistematicamente o que restava das Divisões da Guarda Republicana. Além disso, o XVIII Corpo fortaleceu suas posições ao longo do Eufrates, conquistando dois importantes aeroportos na região. Os Fuzileiros Navais, por sua vez, mantiveram suas posições, legando aos Comandos das Forças Unificadas a tarefa de libertar a Cidade do Kuwait (SCHUBERT & KRAUS, 1998: 279-288).

A este ponto, já se fazia evidente a preocupação da comunidade internacional acerca do massacre sofrido pelos iraquianos. Com a pressão, o Presidente George Bush decretou o

cessar-fogo, que entrou em efeito às 8h do dia 28 de fevereiro. A guerra acabava com um Iraque completamente derrotado: “perderam 3.847 carros de combate, dos 4.280 que tinham, mais da metade das 2.880 viaturas blindadas para transporte de pessoal e quase todas as suas 3.100 peças de artilharia (...) um total de prisioneiros estimado em 60.000” (SCHUBERT & KRAUS, 1998: 288)

### 2.2.3) A Participação da Marinha e dos Fuzileiros Navais

A contribuição das forças navais (Marinhas da Coalizão e os Fuzileiros Navais Estadunidenses) foi, de certa forma, limitada; ao mesmo tempo em que a Marinha Iraquiana tomou uma postura semelhante à da Força Aérea, não oferecendo combate e procurando, quando possível, debandar para o Irã, a dificuldade de integração entre as forças aéreas baseadas em terra e as alas aéreas disponíveis era dificultada pela diferenciação doutrinária e pela diferenciação nos sistemas – a Marinha ainda não possuía a tecnologia que permitia o uso dos ATOs. Ainda assim, a Marinha conseguiu contribuir na forma de sortidas contra alvos (quando estes se encontravam próximos o suficiente da costa kuwaitiana) e, principalmente, com o lançamento dos mísseis Tomahawk<sup>10</sup> contra alvos considerados de risco (fortemente protegidos por sistemas de defesa antiaérea).

Por outro lado, embora a Marinha Iraquiana não oferecesse combate, de fato as embarcações americanas não saíram ilesas da guerra marinha no Golfo. O principal desafio da Marinha e dos Fuzileiros Navais americanos no Golfo disse respeito à guerra de minas. Segundo Finlan (2003), em função da negligência americana em relação às tecnologias para a guerra de minas, os EUA não possuíam navios de guerra de minas suficientes para sobrepor-se ao problema representado pelas minas de flutuação livre. Ao final, um navio de guerra anfíbio e um cruzador Aegis da Marinha dos EUA foram danificados pelas minas iraquianas.

Ainda, deve-se destacar que pelo menos uma das forças tarefas dos fuzileiros navais americanos não conseguiu desembarcar para o combate terrestre. Pode-se discutir se esta foi

---

<sup>10</sup>. **Tomahawk Land Attack Missile (TLAM)** – O BGM-109 Tomahawk é um míssil cruzador subsônico de longo alcance e para qualquer tempo. Introduzido pela McDonnell Douglas na década de 1970, entrou em serviço em 1983, sendo aprimorado várias vezes, e agora é produzido pela Raytheon. A família de mísseis Tomahawk é composta por uma série de mísseis impulsionados por motores a jato, projetada para atacar uma variedade de alvos de superfície. Embora um número de plataformas de lançamento foram implementadas ou previstas, só as variantes para plataformas navais (ambos navios de superfície e submarinos) contra alvos em terra estão atualmente em serviço. Tomahawk tem um design modular, permitindo uma ampla variedade de capacidades de ogiva, guiagem e alcance. (PIKE, 2011: online)

uma consequência da minagem do Golfo ou um arдил estadunidense para iludir Saddam de que a ofensiva terrestre principal fosse se dar por meio de um grande desembarque anfíbio, de acordo com o que argumenta Finlan (2003: 31). Entretanto, para as forças armadas que, em seus manuais (FM 100-5 de 1986), utilizam como princípio a simplicidade nas operações e a economicidade de forças (DEPARTAMENT OF THE ARMY, 1986: 22-23; 173-177), parece estranho que se desloquem três divisões de fuzileiros para o Golfo apenas para a consecução de uma manobra diversionária. Além disto, duas divisões dos fuzileiros navais efetivamente executaram um desembarque anfíbio para participar da ofensiva terrestre. Por que apenas uma divisão teria ficado para trás?

Para Bernitt e Tangredi (2002), as minas de flutuação iraquianas podem ter sido a causa desse estranho fenômeno:

“as minas complicaram muito os movimento da armada americana posicionada no golfo antes e durante o curso das hostilidades. Além disso, e provavelmente mais importante, as minas ajudaram a atrasar a maior marinha do mundo em fevereiro de 1991 ao longo da costa do Kuwait, dada a incapacidade em varrer as linhas marítimas antes de uma invasão anfíbia. A presença da LUGM<sup>11</sup>, bem como das mais sofisticadas Mantas<sup>12</sup> italianas (uma mina de ativação magnética que causou danos ao USS Tripoli e USS Princeton durante a Guerra do Golfo), foram a primeira consideração dos planejadores da guerra ao determinar as opções para desembarque de fuzileiros na costa, perto de Cidade de Kwait. Durante esta guerra, sem possuir nenhuma capacidade confiável antiminas, a Marinha Americana se viu obrigada a usar mergulhadores individuais para verificar, com baixíssima probabilidade de acerto, a presença ou não de minas nas linhas marítimas de assalto.”

### **2.3) Conclusões Preliminares – Extraíndo variáveis e indicadores e refletindo acerca dos resultados.**

Ainda em 1979 – 12 anos antes da Guerra do Golfo – o presidente Carter, com a intenção de fazer frente ao que afigurava-se, na época, como uma expansão da URSS no Oriente Médio, anunciou a disposição de deslocar tropas estadunidenses para a região. Na mesma época (1986), seu assessor de segurança nacional, Zbigniew Brzezinski, definiu as

---

<sup>11</sup> . LUGM-145 – Minas de Flutuação Livre de fabricação iraquiana.

<sup>12</sup> MN-103 Manta – Mina de ativação magnética de fabricação italiana, com sensores sísmicos e de som.

linhas amplas do ajuste do perfil de força estadunidense para dar consecução à Doutrina (1986: 190-192): (a) ênfase na mobilidade estratégica além teatro; (b) a criação das Forças de Deslocamento Rápido (RDF)<sup>13</sup>; e (c) Valer-se da superioridade tecnológica americana, beneficiando-se da qualidade em detrimento da quantidade (massa).

As formulações do assessor de segurança nacional e a própria Doutrina Presidencial fizeram eco a um movimento mais discreto e profundo, em marcha desde a retirada estadunidense do Vietnã, quando foi criado o Centro de Treinamento e Doutrina do Exército Estadunidense (TRADOC)<sup>14</sup>. Seu primeiro Comandante, William DuPuy já preconizava o que denominava “Defesa Ativa”, que dava ênfase ao papel da iniciativa e da velocidade para fazer frente às forças da Organização do Tratado de Varsóvia (OTV). Mas, como se verá no capítulo seguinte, foi só com o segundo Comandante do TRADOC, Don Starry, que de início dava ênfase à profundidade das operações em relação à retaguarda inimiga e, ao fim, à importância do componente aéreo, que tomou corpo o conceito de Batalha AeroTerrestre (ALB). Se tratará dele, e de sua condição de testemunha privilegiada no capítulo seguinte, quando aborda-se o papel da experiência militar prática israelense na elaboração da ALB.

O propósito principal deste capítulo foi o de esboçar – em caráter preliminar e experimental – um levantamento dos principais componentes das operações do Golfo em 1991 – daí seu aspecto descritivo – visando a construção de variáveis e indicadores. Cumpre, pois, na conclusão deste, enunciá-los. Entretanto, procurar-se-à justificá-los à luz da pesquisa apenas durante a conclusão deste trabalho. Suscintamente, pode-se inventariar seis variáveis para a guerra aérea e três para a guerra terrestre que, como se pretende demonstrar nos próximos capítulos, adviriam da experiência prática de Israel nas guerras de 1973 e 1982, mas que só podem ser divisados plenamente na Guerra do Golfo, tema deste capítulo. Desta forma, as principais variáveis da ALB na guerra aérea são (1) Logística Aerotransportada (2) Supressão de Defesa Antiaérea (SEAD); (3) Consciência de Situação; (4) Comando e Controle; (5) Golpes Decapitantes; e (6) Operações Baseadas em Efeitos. Igualmente, as principais variáveis da guerra terrestre são: (1) Profundidade; (2) Iniciativa; (3) Disrupção, enquanto seus principais indicadores são a ocorrência ou presença de (a) Domínio do Ar; (b)

---

<sup>13</sup> Do inglês, **Rapid Displacement Force** (RDF)

<sup>14</sup>. **TRADOC – United States Army Training and Doctrine Command**, o Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos Estados Unidos. Criado em 01 de julho de 1973, sob o comando do General William E. DePuy, a partir do Comando do Exército Continental, na reorganização pós-Guerra do Vietnã. Oficialmente, o TRADOC está encarregado de supervisionar o treinamento das forças do Exército e o desenvolvimento de doutrina operacional.

Munição Guiada de Precisão (PGM)<sup>15</sup>; (c) Sistema de Radar de Vigilância Conjunta e Vetoramento para Ataque embarcado (JSTARS)<sup>16</sup>. Todos estes assuntos serão retomados nas considerações finais deste trabalho.

---

<sup>15</sup> Do ingles, **Precision Guided Munition** (PGM) – Um armamento guiado com o objetivo de destruir um alvo pontual e minimizar os danos colaterais. Também chamado de PGM, armamento inteligente ou munição inteligente. (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2014: 208).

<sup>16</sup> Do ingles, **Joint Surveillance Target Attack Radar System** (JSTARS).

### **3 EXPERIÊNCIA DE ISRAEL NA GUERRA DO YOM KIPPUR E O DEBATE DOCTRINÁRIA NOS EUA.**

O presente capítulo visa analisar o aporte da experiência militar israelense durante a Guerra do Yom Kippur às proposições doutrinárias estadunidenses da década de 1980. Assim, os problemas de pesquisa que norteiam este capítulo são as que seguem: (i) Qual a contribuição específica da experiência israelense na Frente do Golã da Guerra do Yom Kippur (1973) para a construção do conceito de Batalha em Profundidade?; e (ii) Qual a contribuição da experiência israelense na Frente do Sinai para o debate doutrinário da época?. Enquanto isso, as hipóteses principais do trabalho são (i) de que o principal aporte da experiência militar de Israel na Frente do Golã da Guerra do Yom Kippur (1973) diz respeito à sua influência na formulação do Conceito Operacional de Batalha em Profundidade, precursor da Batalha AeroTerrestre (HEADQUARTERS, DEPARTMENT OF THE ARMY, 1982/1986); (ii) de que o principal aporte da Frente do Sinai da Guerra do Yom Kippur (1973) é a validação do conceito de Defesa Avançada defendido por Mearsheimer (1982).

A Guerra do Yom Kippur iniciou-se em 1973, com o ataque simultâneo de Egito e Síria ao estado de Israel. Analiticamente, o estudo da Guerra do Yom Kippur pode ser dividido entre as duas frentes de combate, posto que ambas contavam com dinâmicas operacionais próprias, que influenciaram diferentes polos do debate doutrinário dos anos 1980 nos EUA: a frente do Sinai, que inspira a argumentação, por Mearsheimer, em favor da Defesa Avançada; e a frente das Colinas do Golã, que inspira o conceito de Batalha em Profundidade. Dessa forma, optou-se por segmentar este trabalho de acordo com essa divisão. Além desta breve introdução, tratar-se-á, primeiramente, do contexto histórico da Guerra do Yom Kippur. Nas duas seções seguintes, estudar-se-á a frente do Sinai e sua relação com a argumentação em favor da doutrina de Defesa Avançada por Mearsheimer, em 1982 e a frente do Golã e sua relação com a formulação da Doutrina do combate em profundidade (Batalha AeroTerrestre) pelos acadêmicos do TRADOC, em 1982. Ainda, tem-se uma seção acerca do debate doutrinário nos anos 1980 nos EUA e na OTAN que também faz as vezes de conclusão preliminar

### 3.1) A Guerra do Yom Kippur

A Guerra do Yom Kippur se inicia em 06 de outubro de 1973, às 13h55, com os ataques sincronizados de Egito e Síria sobre as fronteiras com Israel. O objetivo político da guerra era, principalmente, a retomada dos territórios conquistados por Israel durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Nesse sentido, tanto Egito quanto Síria contavam com treinamento e apoio material soviético e vinham se preparando há meses para o confronto. O Egito em particular, na tentativa de manter o elemento de surpresa no momento do ataque, executou cerca de vinte grandes movimentações militares próximo ao Canal de Suez, com o objetivo de, transformando tais movimentações em rotina, desestimular Israel a mobilizar suas tropas a cada movimentação – o que de fato aconteceu, posto que os custos da mobilização de Israel a cada exercício egípcio eram altos, envolvendo a desorganização do sistema produtivo.

Nos dias que antecederam a Guerra, tanto o exército sírio quanto o egípcio elidiram suas movimentações sob o disfarce de grandes treinamentos militares: as movimentações rotineiras egípcias e, do lado sírio, uma resposta à primeira vista defensiva a uma recente luta de caças entre aviões sírios e israelenses. Infelizmente, embora alertados por oficiais do Comando Norte e do Estado-Maior, os comandantes da inteligência israelense não acreditavam que fosse crível um ataque, por uma conjunção de motivos. Além da dissimulação árabe acerca de suas movimentações militares, e de algum desprezo de Israel em relação às capacidades árabes, também levou-se em conta o “Conceito”, ou seja, a ideia de que a Síria só atacaria Israel se tivesse o apoio egípcio, e que o Egito não atacaria Israel até que tivesse reconstruído sua força aérea (destruída em 1967). Segundo as estimativas israelenses, esses fatores não viriam a tomar lugar pelos próximos dois anos. Além disso, nos dias que antecederam a Guerra, Israel se encontrava diplomaticamente envolvido em uma crise envolvendo reféns judeus sequestrados por guerrilheiros Saiqua<sup>17</sup> (DUNSTAN, 2003a: 25-28; HUGHES-WILSON, 2000: 233-240).

Mesmo assim, algumas providências foram tomadas: as bases nas fronteiras foram colocadas em estado de alerta máximo e as folgas de soldados para o feriado do Yom Kippur

---

<sup>17</sup> Grupo militar palestino-baataista, criado em 1966 e apoiado pela Síria como forma de fazer frente ao Fatah de Arafat. À época, ainda fazia parte da Organização de Libertação Palestina (OLP). Segundo Dunstan (2003), o episódio pode ter sido forjado pela OLP e pela Síria justamente para prover uma distração externa, desviando o foco das preparações militares de egípcios e sírios.

foram canceladas. Entretanto, as reservas não foram mobilizadas (DUNSTAN, 2003a: 28-29).

Ainda, importa mencionar que, quando os ataques e avanços iniciaram, foi dada prioridade à estabilização da Frente do Golã. Por ser uma frente mais profunda, o Sinai ficou relegado a segundo plano até a estabilização da Frente do Golã (mais rasa)<sup>18</sup>. Entretanto, analiticamente, optou-se por estudar a Frente do Golã em um segundo momento, mais próximo da conclusão, dada sua importância para a formulação do conceito de Batalha AeroTerrestre.

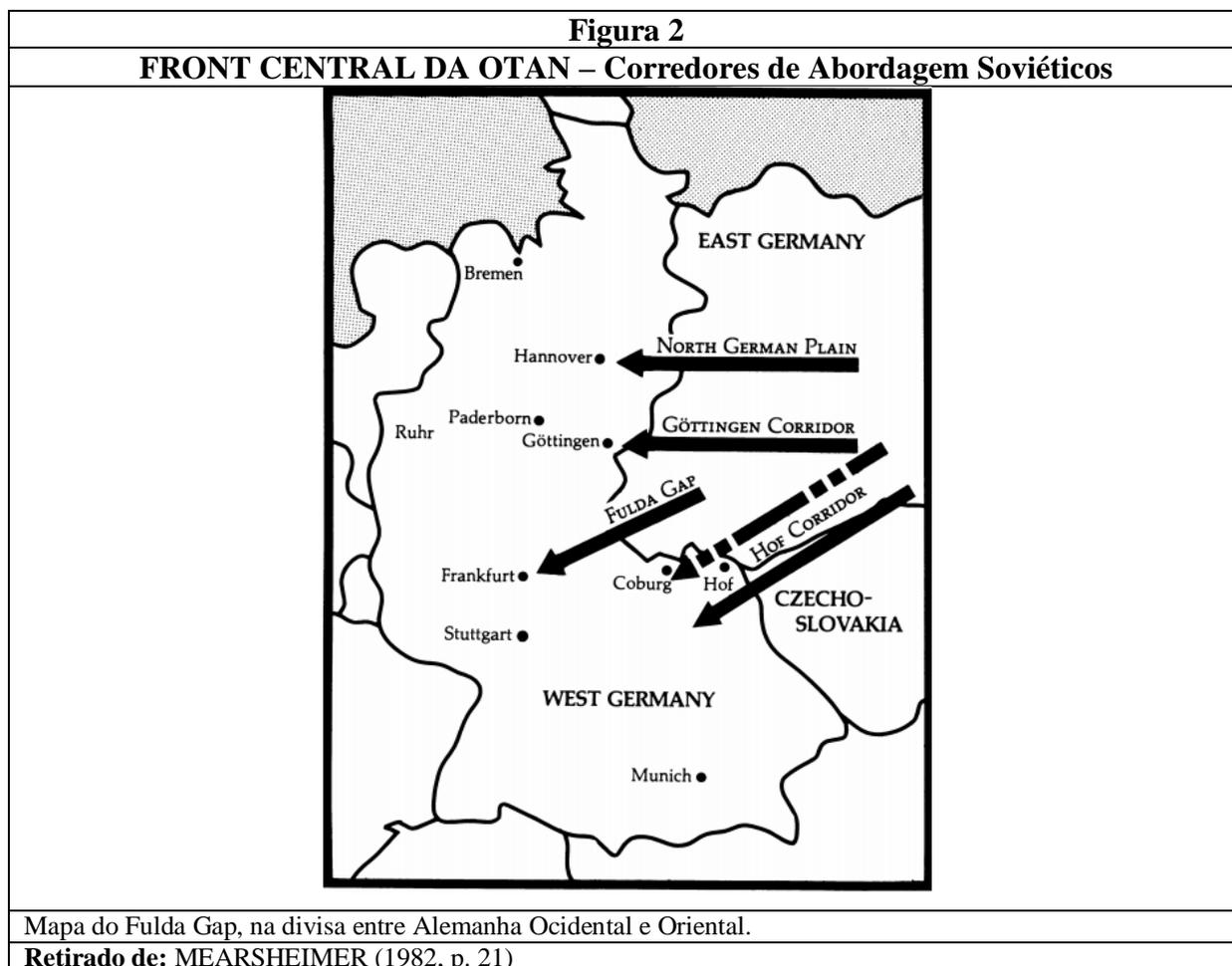
## 3.2) A Frente do Sinai e a Defesa Avançada

### 3.2.1) Conceito de Defesa Avançada

No caso da experiência na frente do Sinai, o Conceito Operacional precede a experiência militar de fato, sendo, de certa forma, confirmado por esta última. Portanto, cabe definir, primeiramente, a Defesa Avançada. O Conceito Operacional de Defesa Avançada diz respeito a repelir tentativas de uso da força pelo inimigo antes que este consiga penetrar em seu território, através do estabelecimento de uma cunha, um enclave fortificado que ameace a retaguarda inimiga e sua linha de suprimentos. O objetivo, em relação ao Front Central da OTAN, era o de deter as forças soviéticas ainda na fronteira, sem que estas pudessem penetrar o território alemão. Não se podendo superar os números soviéticos, a OTAN optou pela defesa do território, provocando uma alta taxa de atrito ao adversário. O Conceito é baseado nos princípios da guerra de atrito (*attrition warfare*), confiando na vantagem tática do defensor em relação ao atacante. A preferência por este conceito operacional tem motivos óbvios: a proximidade da fronteira entre as duas Alemanhas em relação aos principais centros de comando e controle da OTAN (principalmente Frankfurt) era grande demais para arriscar o uso da abordagem concorrente – a defesa móvel (MEARSHEIMER, 1982).

---

<sup>18</sup> **Profundidade estratégica** – é um termo do jargão do planejamento de operações que refere-se à capacidade de um estado em lidar com um conflito militar retirando-se em seu próprio território, absorvendo o ataque inicial, exercendo pressão sobre as forças inimigas e provocando atrito sobre elas através de vários contra-ataques que levariam ao enfraquecimento da ofensiva e impedindo-a de atingir seus objetivos. (HAIDER, 2011: online).



A defesa móvel consiste, basicamente, em utilizar a guerra de manobra para atacar os pontos mais frágeis das forças inimigas. Entretanto, no contexto do Front Central da OTAN, a execução deste Conceito Operacional exige que se deixe as tropas inimigas avançarem no território, para que se possa atacar a linha de suprimentos crescentemente desprotegida, à medida que esta se alonga (MEARSHEIMER, 1981). Esta estratégia, contudo, se faz problemática à medida que permite a penetração do inimigo no território. Explica-se: pensando-se na aplicação do Conceito no Front Central da OTAN, em que não se dispõe de profundidade no campo de batalha e em que os principais centros de Comando e Controle (C2) ficam muito próximos dos principais corredores de abordagem que seriam utilizados para o ataque soviéticos, essa estratégia é demasiado arriscada, posto que o curto tempo de

reorganização para o contra-ataque colocaria em risco a estrutura da OTAN – por exemplo: Frankfurt, um dos principais centros (hubs) da comunicação da OTAN fica a apenas 100 quilômetros da fronteira através do Fulda Gap<sup>19</sup> (MEARSHEIMER, 1982).

### 3.2.2) A Experiência no Sinai – Sharon e a Operação Gazelle

As hostilidades na Frente do Sinai iniciaram às 13h45 do dia 06 de outubro, com bombardeios e raids egípcios sobre as posições israelenses na Linha Bar Lev<sup>20</sup>. Inicialmente, as forças israelenses se viram em severa desvantagem em relação às forças egípcias, que rapidamente consolidam posições a leste do Canal de Suez.

Entretanto, com a estabilização da Frente no Golã, entre os dias 10 e 16 de outubro, Israel pôde se focar na luta contra o Egito e a sorte pareceu virar, também, na Frente do Sinai.

As forças egípcias (principalmente o 3º Exército) avançavam em direção ao leste, deixando a margem ocidental do Canal de Suez relativamente desprotegida. Assim, criam-se as condições para que as forças israelenses iniciem o planejamento para uma contra-ofensiva atravessando o Canal. Planejou-se, então, a Operação Gazelle, a cargo da Divisão de Ariel Sharon, cujas três tarefas principais eram: estabelecer uma cabeça de ponte sobre o Canal em Deversoir; proteger o local de passagem na margem leste; e liberar as estradas militares ‘Akavish’ e ‘Tirtur’, para que houvesse passagem para o equipamento de engenharia de pontes (DUNSTAN, 2003b: 68-69).

Sharon dividiu suas forças, concatenando um complexo plano para estabelecer uma cabeça de ponte na margem oeste do Canal: Uma brigada estabeleceria um ataque diversionário ao Norte; outra ficaria responsável pela liberação das estradas para a passagem do material de engenharia – o que envolvia conquistar posições na chamada Fazenda Chinesa<sup>21</sup>, próxima ao entroncamento entre a estrada Tirtur e a estrada Lexington. Nesse ínterim, uma brigada paraquedista deveria assegurar ao menos dois locais para a construção

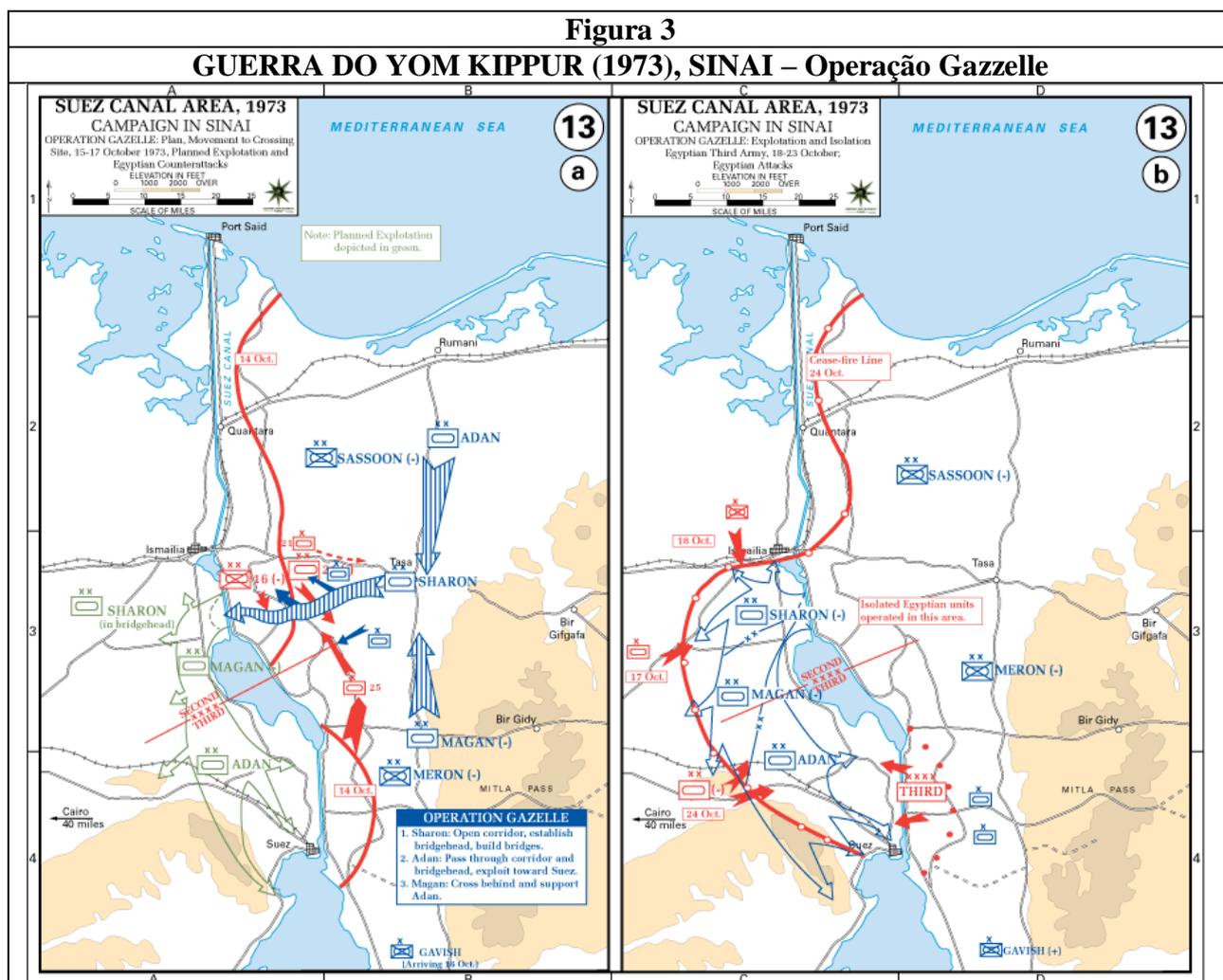
---

<sup>19</sup> **Fulda Gap**, ou Corredor Fulda - Rota mais provável do ataque soviético, em torno da qual estavam posicionadas as principais divisões da OTAN no front central (MEARSHEIMER, 1982; MEARSHEIMER, 1982).

<sup>20</sup> **Linha Bar Lev** – Linha de Fortificações ligadas por estradas, estabelecidas por Israel ao longo do Canal de Suez, com a função de oferecer cobertura aos principais pontos de passagem e estradas que levam ao Canal.

<sup>21</sup> . Utilizada como centro administrativo de duas divisões egípcias, uma blindada e uma de infantaria.

de pontes e dois para a passagem em balsas. Quando chegasse ao outro lado, deveria avançar pouco menos de um quilômetro, tentando atrair a atenção das forças egípcias de forma a mascarar construção das pontes. Finalmente, uma última brigada, liderada pelo próprio Sharon, deveria atravessar o canal, avançando e expandindo a cabeça de ponte ao norte e sul e destruindo baterias de SAMs egípcias, à semelhança do que viria a acontecer em 1982. Todas as fases plano deveriam ser executadas na mesma noite, o que poderia representar um cronograma apertado. Entretanto, Sharon optou por um cronograma de difícil execução (e os possíveis atrasos) ao invés de arriscar maior vigilância egípcia no momento da primeira passagem para a margem oeste, o que certamente atrairia fogo de artilharia e ataques aéreos (DUNSTAN, 2003b: 69; 73).



Mapa da Operação Gazzelle, demonstrando a travessia do Canal de Suez por Sharon e os movimentos das forças israelenses.

**Crédito da Imagem:** U.S. Army.

**Disponível em:** <http://www.westpoint.edu/history/SiteAssets/SitePages/Arab%20Israel/ArabIsraeli12Combined.gif>

A estrada de Akavish foi tomada com relativa facilidade. Entretanto, a tentativa de assegurar a estrada de Tirtur foi atrasada pela resistência egípcia na Fazenda Chinesa, o que atrasou o restante da operação. Explica-se: o material para a montagem rápida das pontes de travessia, por ser grande e pesado, exigia um tempo maior de transporte, além de pavimentação adequada (que suportasse o peso dos materiais) e largura ideal. Com apenas uma via de transporte, e sem estradas secundárias, logo se criaram congestionamentos na estrada de Akavish, posto que esta era a única que poderia dar passagem ao material. Enquanto isso, a luta prosseguiu por dois dias nos arredores da Fazenda Chinesa, causando diversas baixas. Essa posição só foi conquistada pelas forças israelenses a duras penas em 17 de outubro<sup>22</sup>.

Apesar disto, Sharon já havia conseguido cruzar o Canal de Suez sem resistência egípcia. Embora não tenha frustrado a Operação Gazzelle, a resistência na Fazenda Chinesa atrasou o restante da operação. Com a liberação desta rota, a engenharia israelense finalmente conseguiu, sob pesado ataque egípcio, completar as pontes sobre o Canal. Assim, permitiu-se que as divisões de Magen e Adan cruzassem o Canal e perseguissem seu objetivo principal: assegurar posições na Cidade de Suez, destruindo a defesa antiaérea egípcia no caminho (DUNSTAN, 2003b: 73-84).

Nenhum dos ataques das forças egípcias à cabeça de ponte israelense teve sucesso, tanto pela demora em tomar a decisão acerca do ataque em si quanto pela discordância, entre os comandantes dos exércitos egípcios, acerca da abordagem do possível ataque. Esses atrasos só favoreceram Israel, que ganhou tempo para reposicionar suas forças para a melhor defesa de suas posições. Em 18 de outubro, concluídas as pontes, a Divisão de Sharon iniciou uma expansão da cabeça de ponte na direção oeste (até então, não haviam avançado mais que um quilômetro nessa direção).

Além disso, no dia seguinte (19/10), comandou-se que as divisões de Adan e Magen avançassem em direção ao sul, isolando o Terceiro Exército Egípcio. Neste ínterim Sharon deveria avançar em direção ao norte, em uma tentativa de isolar o Segundo Exército. Ambas as progressões tinham o objetivo de isolar os exércitos egípcios de suas linhas de suprimentos e destruir suas bases e defesas na retaguarda (DUNSTAN, 2003b: 73-89).

---

<sup>22</sup>. Não por coincidência a contribuição da IAF se faz mais consistente a partir de 16 de outubro: no dia 15, as Forças de Defesa de Israel (IDF) deslocaram o maior peso da contribuição da Força Aérea Israelense (IAF) para a Frente do Sinai. Restava apenas o problema do “guarda-chuva de SAMs egípcio”, o qual começaria a ser solucionado com os ataques às baterias de SAM depois de atravessado o Canal de Suez.

Em 21 de setembro, o Terceiro Exército Egípcio teve sua linha de suprimentos cortada pelas divisões de Magen e Adan, enquanto Sharon ainda luta para fazer a travessia do Canal Sweetwater, de forma a alcançar o Segundo Exército.

Nesse ínterim, ainda em 19 de outubro, Sadat havia concordado com a negociação de um cessar-fogo. O mesmo entra em vigor em 22 de outubro, mas as hostilidades continuam em diversos setores. Em 25 de outubro, após a última tentativa de Adan em conquistar Suez e mais duas resoluções do Conselho de Segurança recomendando cessar-fogo, tem fim a Guerra do Yom Kippur na Frente do Sinai (DUNSTAN, 2003b: 90). Entretanto, a questão da posse da península do Sinai só seria resolvida, assim como a paz permanente entre Egito e Israel, em 1978, com os Acordos de Camp David, em que se definiu que Israel deveria desocupar os territórios da Península, devolvendo-os à posse egípcia.

Deve-se aqui, destacar algumas características da Operação Gazzelle que nos auxiliam a traçar um paralelo entre a forma como foi conduzida e o Conceito Operacional da Defesa Avançada. A cabeça de ponte israelense, na margem ocidental do Canal de Suez constituiu-se como uma ameaça à retaguarda e às linhas de suprimento inimigas. A posição altamente fortificada e defendida também serviu como base para o envio de tropas para, efetivamente, cortar as linhas de suprimentos do Segundo e Terceiro Exércitos Egípcios. Além disso, a percepção do atrito causada por essa cabeça de ponte também teve um importante papel: depois de estabelecida a posição fortificada, nenhum dos ataques egípcios foi suficiente para fazer com que as IDF recuassem, sendo que as forças egípcias sofreram ostensivas perdas no processo. Além disso, deve-se lembrar que o presidente egípcio buscou o cessar-fogo logo no dia seguinte à travessia das Divisões Israelenses para o lado Ocidental do Canal. Isso também pode ser tomado como evidência da percepção, por Sadat, dos custos da continuidade da campanha no Sinai.

### **3.3) A Frente do Golã**

Retomam-se aqui os propósitos deste capítulo, notadamente de diferenciar as experiências nas frentes do Sinai e do Golã, de forma a extrair suas contribuições para o Debate Doutrinário nos EUA e na OTAN na década de 1980. Assim, passamos à análise da

contribuição da experiência israelense na frente do Golã para a construção do conceito de Batalha AeroTerrestre (ALB).

### 3.3.1) A Ofensiva Síria

A ofensiva síria iniciou às 13h55min do dia 06 de outubro, com o uso de artilharia sobre a fronteira de Israel e raids sobre os centros de comando israelenses. Os bombardeios foram seguidos pelo avanço de três divisões de infantaria sobre a Linha Púrpura, a linha do cessar-fogo da Guerra dos Seis Dias (1967). Embora houvesse inteligência apontando para a possibilidade da ofensiva, apenas uma brigada se encontrava em estado de prontidão para combate no setor Norte de Israel – a Brigada Barak. Em severa desvantagem (em alguns casos, de proporção de 15 tanques sírios para um israelense), as forças israelenses tentam conter o ataque sírio enquanto as reservas eram mobilizadas.

Logo após, ainda no dia 07 de outubro, a 1ª Divisão Blindada Síria inicia seu avanço, investindo, principalmente, contra as principais brechas na defesa israelense, passando por Rafid em direção à Hushniyah (DUNSTAN, 2003a: 45; 62-67). Somou-se a essas adversidades iniciais das forças terrestres a dificuldade da Força Aérea Israelense (IAF) em oferecer apoio na forma de ataques ao solo, causada pela não adaptação da força ao desafio colocado pelos novos sistemas de Mísseis Antiaéreos (SAM – Surface-to-Air Missile, ou Mísseis Superfície-Ar) sírios, os 2K12 Kub ou SA-6 Gainful<sup>23</sup>. As baterias de SAMs sírias só seriam destruídas, posteriormente, através do fogo de artilharia e de carros de combate, altura em que a IAF pode, finalmente, recuperar a superioridade aérea.

Tendo em vista a grande desvantagem israelense e a necessidade premente de reforços da Brigada Barak e da Divisão Raful (Divisão comandada pelo General Rafael “Raful” Eitan e direcionada à Frente do Golã), determinou-se que as divisões da reserva entrariam diretamente em combate, ou seja, sem treinamento adicional prévio. É então que começa a se reverter a desvantagem israelense, entre 07 e 08 de outubro. As divisões da reserva foram lideradas pelos Generais Moshe “Musa” Peled, que comandava a Divisão Musa, e Dan Laner, comandante da Divisão Laner. É sob o comando destes dois generais que ocorre a manobra

---

<sup>23</sup> . Os **2K12 Kub (SA-6 Gainful)** possuíam radares cuja assinatura eletrônica era nova às aeronaves israelenses, além de serem móveis (dificultando as missões para sua destruição) e dotados de ECM.

de pinça que inspirou a concepção da Batalha em Profundidade, precursora da Batalha AeroTerrestre.

Por ordem do Comando Central Sírio, as principais pontas de lança do ataque sírio (a 5ª, 7ª e 9ª Divisões de Infantaria e a 1ª Divisão Blindada) deveriam estancar seu avanço às 17h do dia 07 de outubro. Obedecendo à ordem dada, a 1ª Divisão Blindada Síria parou seu avanço nas proximidades de Hushniyah, estabelecendo aí sua principal base em território inimigo.

Este comando possivelmente deu a Israel o tempo de que precisava para organizar suas forças de forma a repelir a investida síria. Dessa forma, a Divisão Musa avança em direção a El Al, se colocando no caminho da 5ª Divisão de Infantaria Síria, enquanto a Divisão Laner se divide para, simultaneamente, auxiliar a Divisão Raful no chamado Vale das Lágrimas<sup>24</sup> e se juntar ao combate ao sul de Kuneitra (DUNSTAN, 2003a: 48-49; 52-53; 63-64).

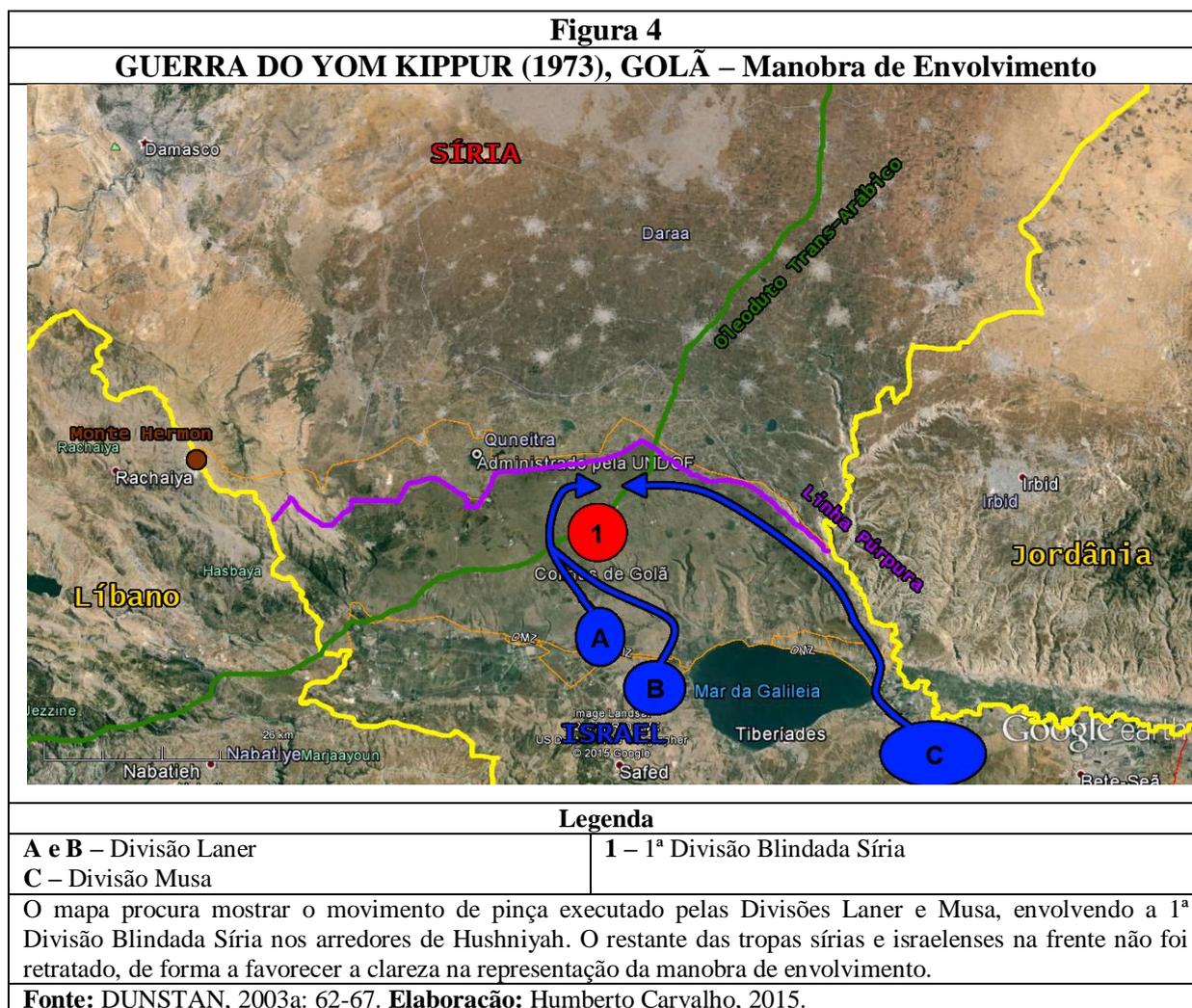
Nesse contexto, com a estabilização da Frente do Golã, o Comandante do Norte, General Yitzhak Hofi, arquitetava uma manobra que repeliria definitivamente a investida síria, isolando o principal eixo de penetração sírio (a 1ª Divisão Blindada) através de manobras convergentes executadas pelas Divisões Laner e Musa.

De acordo com o plano, a Divisão Musa utilizaria duas rotas: avançaria através da estrada entre El Al e Rafid com três de suas brigadas, enquanto uma quarta brigada seguiria mais ao sul até Hushniyah. Esses avanços resultaram, ao fim do dia 08 de outubro, na retirada das tropas sírias em Juhader (pouco mais de meio caminho entre El Al e Hushniyah), expondo a linha de suprimentos da 1ª Divisão Blindada Síria a sudeste (DUNSTAN, 2003a: 62-63).

Enquanto isso, ainda em 08/10, a Divisão Laner também avançava através de duas rotas: pela estrada de Yehudia pelo sudoeste e, mais ao norte, através da estrada do Oleoduto Trans-Arábico (Trans Arabic Pipeline – o TAP), pressionando a 1ª Divisão Blindada Síria a avançar em direção ao sul (DUNSTAN, 2003a: 63-64).

---

<sup>24</sup> **Vale das Lágrimas** – Batalha de tanques na parte norte da fronteira síria. A 7ª Brigada Blindada, que havia começado a guerra com cerca de 105 tanques, trava batalha em extrema desvantagem no setor entre Monte Hermon e (nome para as monaninhas), com duração de cerca de 50 horas. Ao final, com apenas sete tanques restantes, a divisão recebe reforço de 13 tanques reparados e provoca a retirada da divisão síria. No total, foram contabilizados cerca de 260 carros de combate sírios desabilitados, além de 500 outros veículos (APCs e IFVs). Destaca-se, nesse sentido, a preparação e fortificação prévias do terreno, que permitiu a resistência dos defensores.



Pela manhã do dia 09 de outubro, a Divisão Laner havia cercado os flancos norte e oeste da divisão síria. Com a manobra de pinça se fechando sobre a 1ª Divisão Blindada, Peled avançou em direção ao norte, tentando chegar ao Quartel-General avançado sírio em Tel Kudne. No dia 10 de outubro, as duas pontas da manobra se encontram em Hushniyah, transformando o território entre as divisões israelenses em um vasto campo de matança de tanques. O que resta do Exército Sírio se retirou pela Linha Púrpura e, naquela noite, já não haviam mais tropas sírias em território israelense (DUNSTAN, 2003a: 65-67).

Inicia-se, então, a contraofensiva israelense do território sírio. O objetivo principal era o de chegar a uma distância ideal de Damasco – não perto o suficiente para ameaçar de fato a tomada da capital síria, mas próximo o suficiente para colocar a cidade dentro do alcance de sua artilharia. A contraofensiva é liderada pelas Divisões Raful e Laner, enquanto a Divisão Musa permanece em posições ao longo da Linha Púrpura.

Nesse contexto, as forças sírias recebem ajuda militar (na forma de tropas) de outras nações árabes, como Iraque, Marrocos e Jordânia. Entretanto, a contraofensiva passa por um período de calmaria entre 17 e 21 de outubro (data para a qual a nova ofensiva síria estava planejada), e, quando em 22 de outubro as IDF reconquistam Monte Hermon, a Síria aceita o cessar-fogo proposto pelo Conselho de Segurança. As hostilidades, entretanto, não cessam por completo e apenas em maio do ano seguinte Israel e Síria assinam um acordo de desengajamento (DUNSTAN, 2003a: 67-81).

### 3.3.2) O Papel da Força Aérea Israelense

Embora tenha sido necessário um tempo de adaptação da Força Aérea Israelense (IAF) aos novos SAMs sírios, a IAF teve um importante papel na Frente do Golã. A partir do momento em que foi diluída a ameaça dos 2K12 Kub (SA-6) sírios através da destruição das baterias, a IAF passou a contribuir com o esforço de guerra com bombardeios estratégicos e táticos. Os alvos eram constituídos, principalmente, por radares e estruturas energéticas (indústria relacionada ao petróleo e geração de energia), além das linhas de suprimentos na retaguarda das forças sírias. O objetivo era “forçar os sírios a ‘pedirem para parar’, através da destruição da infraestrutura estratégica da qual dependia seu esforço de guerra”<sup>25</sup> (DUNSTAN, 2003a: 61).

Os bombardeios da IAF na retaguarda tiveram uma grande importância nas operações israelenses, principalmente quando em conjunção com as manobras em profundidades executadas pelo exército. Nesse sentido, importa fazer menção à experiência específica de Iftach Spector, relatada em sua obra *Alto e Bom Som*. Spector foi piloto de caça durante as guerras dos Seis Dias e do Yom Kippur. Durante a Guerra do Yom Kippur, se encontrava em uma posição de comando no esquadrão Hachtumim. No dia 9 de outubro, foi determinado que o esquadrão participasse de uma missão cujo alvo principal era o prédio do quartel-general sírio em Damasco. A capital síria contava com a proteção de dez baterias de SAMs e, por isso, as aeronaves que fariam o ataque deveriam fazer a travessia até o alvo em baixa altitude, para evitar pelo máximo de tempo possível a detecção dos radares.

---

<sup>25</sup> . “(...) to force the Syrians to ‘scream stop’ by destroying the strategic infrastructure on which their war-making capacity depended.” (DUNSTAN, 2003a: 61).

Por uma conjunção de fatores, dentre eles o tempo nublado e a rota escolhida (passando pelas montanhas do Anti-Líbano), não permitem que os F-4 Phantom II do esquadrão continuem voando a baixa altitude e, assim, são detectados pelos radares sírios. Coube a Spector, comandante do esquadrão tomar a decisão entre seguir com a missão ou abandoná-la e, pela segurança de todos, ele decide por abandoná-la. Entretanto, também decide utilizar a carga explosiva que carregava de alguma forma produtiva. Dessa forma, faz contato com a central de comando e solicita um novo alvo, onde fosse necessário um ataque. O esquadrão de Spector é vetorado na direção das colinas do Golã, para efetuar um ataque sobre tanques, canhões e caminhões na retaguarda síria. Com efeito, o ataque executado pelo esquadrão de Spector arruinou a invasão planejada por aquela divisão síria. Mais tarde, Spector receberia congratulações de diversos comandantes em terra, agradecidos pela interferência de seu esquadrão na retaguarda inimiga.

Esta experiência vai denotar, para os observadores estadunidenses que viriam, mais tarde, a estudar a campanha do Yom Kippur, a importância do planejamento e sincronia entre forças terrestres e aéreas durante as campanhas – mesmo que o episódio em si tenha sido fruto do mais puro acaso e do voluntarismo e persistência do piloto israelense em entregar sua munição.

### 3.3.3) A Formulação do AirLand Battle (Batalha AeroTerrestre)

É inspirado pelos episódios acima resumidos que Don Starry formularia o conceito de ataque em profundidade e, alguns anos mais tarde, de Batalha AeroTerrestre. Explica-se: em 1974, Starry foi enviado pelo exército estadunidense a Israel para estudar a batalha de tanques ocorrida nas Colinas do Golã. Interessou-se principalmente pelo movimento de pinça executado pelas divisões de Laner e Peled, pela forma como o ataque de Peled havia cortado a comunicação entre a 1ª Divisão Blindada síria e o restante das tropas na retaguarda; e pelo efeito causado pela conjugação de forças aéreas e terrestres na execução de operações em profundidade que, Starry imaginava, deveria ter sido planejado (TOFFLER & TOFFLER, 1993: 65).

Dois anos mais tarde, Starry é realocado no Front Central da OTAN, no comando do 5º Corpo do Exército estadunidense na Alemanha, diretamente em contato com o Fulda Gap.

Para Starry, era claro que uma guerra nuclear deveria ser evitada a qualquer custo, o que significava que a OTAN precisaria vencer a União Soviética utilizando suas capacidades convencionais, mesmo com a superioridade numérica soviética. Para Starry, isto só se tornaria possível através de ataques em profundidade na retaguarda inimiga, com sincronia entre as forças terrestres e aéreas. (TOFFLER & TOFFLER, 1993: 63).

Em 1977, Starry assume o comando do TRADOC<sup>26</sup> e começa o lobby para modificar a doutrina estadunidense. Starry dava ênfase ao conceito de batalha profunda, o que implicava o ataque não apenas à “frente” do inimigo, mas também à sua retaguarda e, por extensão, à infraestrutura que lhe daria suporte; cortar a linha de suprimentos inimiga antes mesmo de atacar o oponente frontalmente. Isso exigiria uma grande integração entre exército e força aérea, posto que caberia a esta última o papel de atingir com ataques decapitantes os centros de Comando e Controle (C2) inimigos e sua infraestrutura. Ainda, a nova doutrina exigiria novos tipos de armamento condizentes com a batalha em profundidade. Redefiniu-se, assim, todo o padrão de requisições das forças armadas estadunidenses. Também se redefiniu o padrão de treinamento do soldado estadunidense, tornando-se o Exército mais profissional e especializado. Surge, então, o conceito operacional de Batalha AeroTerrestre, através do *Field Manual (FM) 100-5 (Operations)*, de 1982 (TOFFLER & TOFFLER, 1993: 68-72).

### 3.4) Conclusões Preliminares

A descrição dos eventos relatados nesse capítulo foi feita em conformidade com as fontes consultadas e devidamente referenciadas. Naturalmente, não houve tempo hábil – tampouco recursos – para empreender-se uma revisão bibliográfica minuciosa acerca de fatos ou eventos, muitos dos quais ainda hoje são objeto de controvérsia. As escolhas repousaram sobre um único critério: deu-se preferência aos materiais que descreviam a guerra enquanto um todo a partir da esfera operacional. Em nenhum momento se teve, ou pretende-se ter, a pretensão de descrever ou retratar o conflito árabe-israelense a partir de sua multidimensionalidade ontológica. Uma vez selecionadas as fontes – com base no critério

---

<sup>26</sup>. **TRADOC** – United States Army Training and Doctrine Command, o Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos Estados Unidos. Criado em 01 de julho de 1973, sob o comando do General William E. DePuy, a partir do Comando do Exército Continental, na reorganização pós-Guerra do Vietnã. Oficialmente, o TRADOC está encarregado de supervisionar o treinamento das forças do Exército e o desenvolvimento de doutrina operacional.

referido – restou apenas a alternativa de confiar nelas na esperança de que o bom nome dos autores afiance a verossimilhança/legitimidade.

Neste capítulo perseguiu-se dois objetivos: o primeiro foi o de extrair-se lições para o Brasil; o segundo, de traçar as raízes do conceito de Batalha AeroTerrestre.

**O primeiro objetivo** está relacionado à expectativa – realizada de forma muito precária no âmbito deste capítulo – de extrair lições válidas para o Brasil em torno da experiência da Defesa Avançada. Ainda assim, pode-se considerar a metáfora, o Brasil fazendo as vezes de Israel, o Sinai de Arco do Centro Oeste e o Canal de Suez dos Rios Mamoré/Paraguai e Paraná. De qualquer forma a Defesa Avançada nas condições do Brasil – graças à UNASUL – pode ser elaborada no âmbito estratégico, portanto operada de modo pacífico e consentido, que dispensa a preempção característica da esfera operacional. Procura-se suprir a carência em lições para o Brasil, ao menos parcialmente, sistematizando-se a diferença entre os dois conceitos, através do segundo objetivo.

**O segundo objetivo** foi o de salientar a natureza dual, qualitativamente distinta entre as experiências do Golã e do Sinai. No capítulo anterior, identificou-se a Batalha AeroTerrestre com a Guerra do Golfo e, aqui, pretensamente, foi descrito o percurso inverso da formulação do conceito, através da experiência militar prática de Israel. Entretanto, ainda é difícil de salientar a ironia, patente a partir do próximo capítulo, de que o arquiteto da Defesa Avançada, em 1973, será o realizador da primeira proto-versão de ALB em 1982: Ariel Sharon. Mas este será o tema do próximo capítulo. Aqui resta distinguir tentar distinguir, na experiência do Sinai e do Golã, a diferença da Defesa Avançada (Mearsheimer) para a Batalha em Profundidade (Starry), bem como o modo como as duas raízes, mesmo afasyando-se, unem-se para, ulteriormente, conformar a ALB.

A experiência do Sinai, à despeito de envolver iniciativa (ataque) e penetração em profundidade – que conforma a raiz comum tanto com a Batalha em Profundidade quanto com a posterior ALB – pode ser concebida (eventualmente mesmo no âmbito operacional), como resultante de uma contraofensiva e, portanto, dispensar a preempção que carrega consigo o fardo da condição de agressor, o que tem as mais graves repercussões no âmbito da lei moral, quer no âmbito do Direito Internacional, quer no da opinião pública interna. De fato, foi o que se deu no Sinai: os egípcios atacaram primeiro, transpuseram a linha Bar-Lev, ficaram sem combustível, perderam a supremacia aérea – antes do Bekaa, uma das maiores batalhas aéreas dentre as do Oriente Médio – e com esta a consciência de situação e o

domínio do próprio espaço aéreo. Em contrapartida, Israel reteve ambas, o que permitiu à coordenação das três brigadas de Sharon, somadas às divisões de Adan e Magen, valer-se de uma abordagem concêntrica – saindo de pontos de partida diferentes – confluindo para um único ponto, atravessando Suez, constituindo um efetivo semelhante a um corpo de exército. E, a despeito de sua inferioridade numérica, Sharon colocou-se em posição defensiva na cabeça de praia e instruiu Adan e Magen a empreender operações táticas ofensivas para destruir defesas antiaéreas e simultaneamente ameaçar as linhas de suprimentos dos exércitos egípcios. A conjunção destes fatores produziu a paralisia do dispositivo militar egípcio e, mais pelas ameaças latentes à presença do corpo de Sharon que pela destruição (que não se deu) das cidades, infraestrutura ou comunicações do Egito, obteve-se – como em um jogo de Go (Weiqi) – o impasse e o almejado pela defesa: a volta à diplomacia.

Já a Batalha em Profundidade, que tem uma descendência mais direta na ALB, assemelha-se mais a um jogo de xadrez. Embora o ataque em profundidade, no Golã, não tenha sido planejado – foi fruto de uma missão abortada de ataque a Damasco e da obstinação de Spector em não desperdiçar as bombas de seu Phantom II F-4, produziu-se o que aos olhos de Starry havia sido fruto de uma preparação meticulosa: o ataque coordenado à retaguarda (combustível, munições e tropas) associado a duas divisões de reserva israelenses, que empreenderam um movimento de pinça contra a vanguarda síria, desmantelando o dispositivo militar de Damasco. Como se verá no capítulo seguinte, o que se deu em 1973, até certo ponto, por acidente, em 1982 foi fruto de uma preparação meticulosa.

O que nem sempre se nota é que a Batalha em Profundidade, seja nos termos em que se deu no Golã, ou executada em 1982, vai a uma profundidade muito além do que se pode esperar de uma contraofensiva. Muito provavelmente, se não forçosamente, demanda tomar a iniciativa, exercitar a “preempção” – que frequentemente é a pura e simples guerra de agressão, com as implicações morais óbvias à opinião pública interna e externa.

Resta dizer que Mearsheimer sistematizou – embora nunca tenha citado Israel, Sharon ou o Sinai – a experiência de Israel naquela frente para formular seu conceito de Defesa Avançada para o Front Central da OTAN. Impossível saber se o conceito de Mearsheimer – posto em prática ao invés da ALB – teria levado ao colapso catastrófico da URSS ou à simples hegemonia dos EUA. Mas também é difícil saber em que o mundo se beneficiou com o colapso da URSS enquanto Estado, o que não é necessariamente sinônimo do fim do regime comunista – eventualmente o mundo o Pós-Guerra Fria teria sido mais equilibrado e

estável. Afinal, o “Go” não busca a aniquilação, mas o impasse em posição favorável. A supremacia não supõe a derrota absoluta do oponente. De qualquer modo é impossível elucidar estas questões; ainda assim, o contrafactual ajuda a distinguir o conteúdo ético – no sentido de conduta e lei moral da guerra (Clausewitz) – entre a Defesa Avançada e a Batalha em Profundidade ou sua sucessora, a ALB.

#### 4 A GUERRA DO LÍBANO (1982): ENSAIO GERAL DA BATALHA AEROTERRESTRE

Este capítulo tem o objetivo de estudar as operações terrestres e aéreas no Líbano como prefigurações da Batalha AeroTerrestre e, mais especificamente, das Operações no Golfo em 1991. Para isso, busca-se satisfazer os seguintes problemas de pesquisa: (i) Qual o papel da experiência militar israelense no Vale do Bekaa, durante a Guerra do Líbano (1982), enquanto experiência de operação de SEAD<sup>27</sup>? (ii) Igualmente, qual o papel da experiência israelense durante a Marcha para Beirute (1982) como prefiguração da doutrina da Batalha AeroTerrestre?

Dessa forma, as hipóteses secundárias do trabalho, que concernem este capítulo são as que seguem: (i) De que, pode-se identificar, nas operações aéreas e terrestres no Vale do Bekaa, a prefiguração dos procedimentos, táticas e técnicas da Operação de SEAD realizada no Golfo nos primeiros 40 dias da Operação Tempestade no Deserto; e (ii) de que no litoral e na região central do Líbano, a Marcha para Beirute se configura como a prefiguração das últimas 100 horas da mesma operação, em que se realizou a Batalha AeroTerrestre propriamente dita.

Para que possamos verificar as hipóteses acima, devemos prosseguir à análise das operações em ambos os corredores de abordagem. Entretanto, previamente, se faz necessária a contextualização a respeito da Guerra do Líbano e do envolvimento israelense no conflito. Portanto, este capítulo se subdividirá em quatro seções incluindo esta breve introdução. Primeiramente, realizar-se-á uma contextualização acerca da Guerra do Líbano de 1982 e da política na região à época. Em seguida, segue-se para a análise das operações no Vale do Bekaa, onde pretende-se realizar uma comparação em relação à campanha aérea da coalizão

---

27. SEAD: Suppression of Enemy Air Defenses – Supressão de Defesas Aéreas Inimigas. De acordo com o Dicionário de Termos Militares do Pentágono (EUA, 2015, p. 238) é a “atividade que neutraliza, destroi, ou temporariamente degrada as defesas aéreas baseadas em solo do inimigo por meio destrutivos ou disruptivos” (tradução nossa). De acordo com Bolckcom (2005, p. 1) essa definição abrange uma grande variedade de sistemas e processos militares, como reconhecimento e vigilância, emprego de munições ar-superfície, contramedidas eletrônicas e infravermelhas, interferência eletrônica e interferência ativa (*jamming*). Para realizar essas missões, pode-se utilizar bombardeiros de longa distância, helicópteros, mísseis superfície-superfície, munições guiadas de precisão e bombas 'burras'. Bolckcom (2005, p. 1) afirma que algumas plataformas foram elaboradas ou modificadas para aumentar sua eficácia nessas missões. Seria o caso dos aviões F-16, F-15E, F/A-18 e EA-6B *Growler* (para guerra eletrônica). Um tipo de munição comumente utilizada nesse tipo de operação são os mísseis antirradiação AGM-88 HARM (High Speed Anti Radiation Missile), que desabilitam os radares de detecção de aeronaves e de guiagem dos SAMS.

no Golfo, em 1991. Posteriormente, parte-se para análise das operações terrestres e anfíbias ao longo da costa do Líbano, que, aqui, denominou-se Marcha para Beirute, de forma a compará-las parte terrestre da Operação Tempestade do Deserto, que tomou lugar durante as últimas cem horas da Guerra. Por fim, apresentam-se as breves conclusões preliminares do capítulo.

#### **4.1) Antecedentes e Contexto Regional**

A invasão israelense no Líbano tem seus antecedentes na guerra civil que se encontrava em curso no país. As rebeliões civis se iniciam em Sidon (majoritariamente muçulmana), em protesto contra um monopólio sobre a pesca imposto pelo governo (cristão maronita) em favor do ex presidente Camille Chamoun. A situação escala e as próximas manifestações contam com a presença do exército, fazendo-se uso de artilharia contra as cidades. Nesse contexto, buscando atrair a OLP para o conflito, a Falange fez atentados a comunidades palestinas e muçulmanas, estratégia que, eventualmente, funcionou. A OLP se juntou aos combatentes do Movimento Nacional em um assalto a Damour e a cidade cai em 20 de janeiro de 1976.

A entrada da OLP no combate tinha um importante significado político: ou se estabeleceria um micro-estado maronita no Norte do país ou os maronitas seriam completamente derrotados e o Líbano seria dominado por uma frente de esquerda e palestina. Nenhuma das duas opções poderia ser admissível a Israel. Buscando evitar o envolvimento israelense no conflito, a Síria se envolve, contribuindo com os cristãos maronitas, e conseguindo um acordo de cessar-fogo, de acordo com o qual o novo presidente eleito (em abril daquele ano) assumiria normalmente, e os palestinos deveriam retornar a seu status de neutralidade.

Nesse ínterim, Israel se manteve neutro no conflito, graças ao acordo secreto entre Israel e Síria, chamado Red Line<sup>28</sup>. Segundo este acordo, Israel se encarregaria da situação ao

---

28. Desde março de 1976 as relações entre Israel e Síria no Líbano se guiam pelo estabelecimento de regras de conduta acordadas acerca de linhas vermelhas que demarcam esferas de influência e de atuação. A linha vermelha israelense deixava o sul do Líbano sob sua responsabilidade e dispunha que a Síria não ultrapassaria uma linha abaixo de Sidon até Jazzin and Kafr Mishki. Além da proibição da presença de SAMs sírios, a Força Aérea Síria não deveria interferir nas operações israelenses contra o Líbano ou apoiar o movimento de tropas sírias. (EISENSTAD&SCHENKER, 2006, online).

Sul do Líbano, enquanto a Síria manteria a situação nas zonas norte e central. Ainda, a presença síria era admitida no Líbano, distante pelo menos 24 quilômetros da fronteira israelense, mas estava vetado o uso de aeronaves ou de SAMs.

Sabia-se que o Egito ansiava por um acordo que lhe devolvesse o território no Sinai, entretanto, não abandonaria a causa palestina ou ficaria isolado entre os parceiros árabes. Nesse contexto, era do interesse de Israel colocar uma cunha entre o Egito e a Organização pela Libertação da Palestina (OLP).

Em março de 1978, acontecem ataques palestinos sobre o território israelense. Israel planeja uma ofensiva limitada, criando uma buffer zone no sul libanês, a 10 quilômetros da fronteira israelense. A ofensiva foi rápida e não ocorreram grandes combates, mas a permanência de Israel no território acaba fazendo com que o presidente Carter pressione Israel e Egito pelos acordos de Camp David<sup>29</sup> que, por fim, acabam isolando o Egito do restante dos países árabes.

Assim, com a ameaça egípcia neutralizada, Israel não tinha mais inimigos em duas frentes. A Síria, agora, se constituía como a única ameaça israelense em sua vizinhança imediata. Estavam dadas as condições para que se quebrasse o acordo Red Line. Nesse sentido, o premier israelense enrijece progressivamente sua política em relação à OLP e prepara-se para, em tempo, conter a hegemonia síria no norte.

O principal aliado israelense na região era o líder da milícia falangista, Bashir Gemayel. Gemayel começa uma campanha para eliminar as lideranças concorrentes entre os cristãos no Líbano, fossem eles maronitas ou não. Assim, depois de uma série de ataques contra os líderes de outras milícias maronitas, ele ameaça a cidade de Zahle (entre dezembro de 1980 e junho de 1981), ao norte da Estrada Beirute-Damasco. Percebendo que esta pode ser uma ameaça sobre sua conexão – e, portanto, sobre sua influência – com o Líbano, a Síria avança sobre a cidade, em 1981. É neste contexto que se iniciam as primeiras hostilidades entre Síria e Israel e, por fim, a Síria transfere SAMs para o Bekaa (abril de 1991), quebrando o Acordo Red Line (EISENSTAD&SCHENKER, 2006, online).

---

<sup>29</sup>. Os acordos de Camp David restituíam o Sinai ao Egito, parализando todas as ocupações israelenses no território. Ao mesmo tempo, acordava uma paz em separado entre Israel, Jordânia e representantes do povo palestino, não nomeando, especificamente, a OLP, o que, para os aliados muçulmanos, constituía uma traição, isolando o Egito entre seus pares.

Entretanto, os EUA pressionam por um cessar-fogo entre a OLP e Israel, que é tacitamente aplicado em 24 de junho de 1981. Todavia, Israel continuava a planejar sua investida sobre o Líbano. Nesse sentido, no início de 1982, Israel reinicia o fornecimento de armas aos falangistas e, em abril, reinicia os ataques contra posições da OLP no Líbano. O governo estava apenas a procura de um motivo para a invasão de fato, o que ocorre em três de junho de 1982, quando um terrorista palestino tenta assassinar o embaixador israelense em Londres.

O gabinete de Begin aprova a Operação Paz na Galileia que, à princípio, seria constituída por uma ofensiva rápida e limitada contra as posições da OLP. Os objetivos principais da operação eram (a) cortar a Estrada Beirute-Damasco; (b) Obter o domínio sobre Beirute; (c) expulsar a OLP do Líbano; e (d) reconduzir os aliados maronitas à presidência do Líbano. Ainda, deveria ser evitado o enfrentamento com o exército sírio. Entretanto, os planos de Ariel Sharon (que havia subido ao posto de Ministro da Defesa) e de Rafael Eitan (agora chefe do Estado Maior) diferiam em parte da Operação aprovada pelo Primeiro Ministro, como veremos a seguir.

Ainda importa destacar que durante a Operação Paz na Galileia, a progressão principal das Forças de Defesa de Israel – de três pontos da costa, Tiro (ao sul), Sídon (no centro) e Damour (mais ao norte) até Beirute – se deu durante os primeiros oito dias (de 06/07/1982 até 14/07/1982), ao fim dos quais também obteve-se o primeiro cessar-fogo com as forças sírias

O restante da guerra foi conformado pelo cerco à Beirute Ocidental (porção da cidade controlada pela OLP), que dura até 21 de Agosto de 1982. A saída das tropas israelenses de Beirute<sup>30</sup> se dá mediante acordo de saída da OLP do Líbano, que vai ocorrer ao longo do ano de 1982, com supervisão de tropas internacionais. Após o cessar fogo com a OLP e os sírios, o exército israelense não se retirou completamente do Líbano. Como parte do plano de

---

30. Apesar da saída oficial em agosto de 1982, em 15 de setembro Israel volta a ocupar a cidade, sob o pretexto de manter a ordem após o assassinato do presidente recém eleito Bashir Gemayel, em um atentado a bomba. É nessas circunstâncias, de ocupação de Beirute Ocidental, que ocorrerão os massacres nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila. As forças de Israel já haviam cercado essas áreas no dia 16/09, quando integrantes de milícias falangistas e maronitas começam o massacre. “O apoio israelense aos milicianos inclui o disparo de foguetes de sinalização – para facilitar as ações noturnas – e a “devolução” dos civis que tentavam escapar. Há indícios de que os comandantes das FDI [Forças de Defesa de Israel] sabiam da matança desde o dia 16, mas só intervieram dois dias depois; soldados israelenses encontravam-se a 300m dos campos durante toda a operação”. (EDITORA RIO GRÁFICA, 1984, p. 1146).

transição, retornou a zona tampão no sul do país, já acordada anteriormente nos acordos Red Line com a Síria.

#### **4.2) A Marcha para Beirute: Operações no Litoral e na Região Central**

O início da Operação Paz na Galileia foi precedido por bombardeio aéreo e de artilharia no território libanês, principalmente nas áreas de concentração da OLP. Durante toda a Operação e, principalmente, durante o cerco a Beirute Ocidental, este foi o padrão das ações israelenses.

A investida israelense começou, no litoral, com um grande avanço da Força de Tarefa Oeste em direção às cidades do Tiro e de Sídon. Ambas possuíam campos de refugiados palestinos em seus arredores e, principalmente, estruturas dominadas pela OLP em seu interior. Ao mesmo tempo, na área central do Líbano, a Força de Tarefa Central inicia seu avanço com a tomada de duas pontes sobre o Rio Litani e do Castelo Beaufort.

A tomada do Castelo Beaufort pela Brigada Golani<sup>31</sup> foi de extrema importância tática e operacional, tendo em vista seu posicionamento: o Castelo ficava a uma altitude de mais de 700 metros, possibilitando observação e controle sobre as principais avenidas de abordagem para Damasco, Tiro e Sídon, além de ser uma posição privilegiada de onde a OLP poderia supervisionar ataques de foguetes sobre Israel.

No litoral, a cidade do Tiro é isolada dos campos de refugiados em seu entorno e começam os preparativos para um grande desembarque anfíbio para dar suporte às tropas em Tiro. Enquanto isso, a vanguarda da Operação continua seu avanço até Sídon, onde também ocorreriam desembarques anfíbios, de forma a atacar a cidade, simultaneamente, pelo norte e pelo sul. A ideia era realizar um envolvimento, por meio de um movimento de pinças. Operacionalmente, objetiva-se permitir o engajamento das forças israelenses simultaneamente, na frente e na retaguarda. A resistência palestina se faz sentir, principalmente, na forma de emboscadas e de ataques aos carros de combate israelenses,

---

31 De acordo com Laffin (1985, p.54): “os batalhões da Brigada Golani são as únicas unidades de infantaria das Forças de Defesa de Israel que não são nem aerotransportadas nem designadas a uma formação blindada”. (tradução nossa)

utilizando-se, principalmente, de RPGs (Rocket Propelled Granades – Granadas Propelidas por Foguetes) e MANPATs (Man Portable Anti Tank System– Sistemas Portátil Anti Tanque).



No segundo dia da Operação (07/06) ocorreram os primeiros contatos com as forças sírias, próximo à cidade de Jezzine, ao sul do Vale do Bekaa. Segundo Laffin, embora estivessem sob ordens de não iniciar combate, as tropas israelenses responderam aos ataques quando foram alvo de artilharia e blindados sírios. Tornou-se oficial o engajamento também contra a Síria. Além disso, a vanguarda da Força Tarefa Central continua prosseguindo em direção ao Rio Damour, chegando até Beit ed-Dine e Ein Dara, ameaçando o flanco oeste sírio.

Enquanto isso, no litoral libanês, a luta pela cidade de Tiro continua, juntamente com os desembarques anfíbios. A cidade foi tomada no terceiro dia de operações, ao que iniciou-se o avanço para a cidade de Damour. É importante destacar o apoio constante da Marinha nos avanços das forças em solo. Enquanto os soldados avançavam no litoral, a Marinha contribuía através de suporte de fogo durante emboscadas, além de fornecer suprimentos às tropas.

Já em Sídon, a luta pela cidade continuava intensa, com tentativas de emboscadas da OLP e uso de artilharia de médio alcance sobre depósitos de armas e estruturas de comando por parte de Israel. Já no quarto dia de operações, a cidade de Damour é capturada pelas forças israelenses, com o suporte de fogo e na forma de desembarques anfíbios da Marinha. Também nesse dia (09 de junho de 1982) inicia a ofensiva israelense contra os SAMs Sírios, objeto principal da próxima sessão. Os objetivos de Israel era separar a frente do Bekaa, onde atuavam os sírios, da frente onde atuava a OLP, por meio de operações aéreas de interdição.

No dia 10 de junho são registradas as primeiras aparições dos “Filhotes de Leão” da OLP, crianças e adolescentes armadas de RPGs, executando ataques contra os MBT<sup>32</sup>s e IFV<sup>33</sup>s israelenses. Na frente de progressão central, a Força Tarefa enfrentava emboscadas e batalhas com as divisões blindadas sírias. No terreno montanhoso, a artilharia e as unidades blindadas sírias eram quase imperceptíveis. Na noite de 10 de junho, tanques israelenses sofreram uma emboscada em Sultan Yakoub (cidade ao norte de Jezzine), em que a 1º Batalhão de Comando e a 58ª Brigada Mecanizada sírios e unidades da OLP cobriam a rota utilizada por um grupo de combate de tanques M60 Patton. Os M60 foram atacados com artilharia e foguetes e, a princípio, figurava-se impossível encontrar as posições atacantes.

---

<sup>32</sup>. MBT – Main Battle Tank – Carro de Combate Principal.

<sup>33</sup>. IFV – Infantry Fighting Vehicle – Veículo Blindado de Infantaria

Instaurou-se o caos entre as forças israelenses até que a artilharia da Força Tarefa entrou em ação, fornecendo uma barragem de artilharia com munição anti-pessoal, de forma a afastar os atacantes. De qualquer forma, os M60 israelenses só conseguiram sair da emboscada ao nascer do dia (11/06), quando puderam receber o apoio da Força Aérea, cumprindo a tarefa de interdição ao permitir a separação das forças da OLP das sírias. A Síria tenta enviar reforços (a 1ª Divisão Blindada), mas a IAF interceptou seu caminho, destruindo pelo ar – em uma ação típica da Batalha AeroTerrestre, nos moldes que se dará na Guerra do Golfo – quase metade da 1ª Divisão Blindada Síria.

Nesse ínterim, a Força Tarefa Oeste avança até Khalde, nos arredores de Beirute, e inicia uma manobra de envolvimento, desbordando Beirute a leste e procurando cortar as linhas de suprimento representadas pela Estrada Beirute-Damasco, iniciando as movimentações para cercar a porção ocidental de Beirute.

No sexto dia da Operação (11 de junho), após uma bem sucedida emboscada israelense aos T-72s sírios, que resulta na destruição destes últimos pelos Merkavas, a Síria aceita negociações para um cessar-fogo na região. O governo israelense aceita o cessar-fogo, mas se recusa a incluir a OLP no acordo. O objetivo continuava o de expulsar a OLP do Líbano, o que seria levado às últimas consequências. “ Em menos de seis dias a IDF [Força de Defesa de Israel] liberou 4.500 km quadrados do sul do Líbano; desmontou grande parte do sistema de defesa da OLP e capturou grande parte do seu arsenal” (LAFFIN, 1985, p.82).

O cerco a Beirute se completou em 14 de junho de 1982 e só foi encerrado em 12 de agosto do mesmo ano, depois de dois meses de bombardeios a posições da OLP, cortes de água e energia e mesmo do fornecimento de alimentos.

Alguns aspectos da campanha devem, ainda, ser evidenciados, antes de analisarmos a questão do poder aéreo. O uso de brigadas paraquedistas na tomada das principais cidades, tanto no litoral (Tiro, Sidon, Damour) quanto na faixa central do Líbano (Jezzine), a presença de forças de operações especiais e o apoio de helicópteros de combate nas cidades são paralelos a serem feitos com a Operação Tempestade no Deserto – que viria a ocorrer em 1991, pelos EUA contra o Iraque –, assim como o uso intenso de bombardeios aéreos e de artilharia precedendo os ataques terrestres. Mais que isso, destaca-se a estreia em combate do

MBT israelense, o Merkava-1<sup>34</sup>, que demonstrou excelente desempenho quando em face do que era considerado um dos melhores MBTs da época, o T-72 soviético.

#### **4.4) O Poder Aéreo sobre o Líbano: A Supressão de Defesa Antiaérea no Vale do Bekaa**

Conceitualmente podemos considerar que a marcha a Beirute abrange mais elementos da Batalha Aeroterrestre, enquanto as operações no Vale do Bekaa estão mais relacionadas a uma operação de SEAD. Contudo, conforme buscamos demonstrar em alguns momentos na sessão anterior, os desdobramentos de uma frente e outra estiveram muitas vezes relacionados. A condução da Batalha Aeroterrestre só se fez possível com a condução da operação de SEAD no Bekaa, assim como ocorreu no Golfo – o desembarque de tropas só foi possível após as operações de SEAD, interdição e ataque as posições de C2 do Iraque. Essa sessão buscará destacar os acontecimentos na frente do Bekaa, especialmente o papel da Força Aérea Israelense (IAF, da sigla em inglês) na destruição das capacidades antiaéreas sírias.

O papel da IAF na guerra foi de grande importância. Na marcha para Beirute, o bombardeio de posições da OLP, assim como seu reconhecimento através de drones e aviões foi de suma importância para a rapidez com que se deu a operação. Entretanto, para que isso fosse possível, fez-se necessário lidar com a ameaça colocada pela rede de SAMs sírios alocada no Vale do Bekaa, que colocava em cheque a liberdade da IAF em percorrer o espaço aéreo libanês. Assim, com o aumento do número de baterias de SAMs sírios no Bekaa em 09 de junho, foi dado sinal verde para a ofensiva sobre a rede de SAMs síria.

A história operacional da IAF desempenhou um importante papel no planejamento do Bekaa. A operação foi largamente baseada nos conceitos que a IAF vinha estudando desde a Guerra de 1973, quando seus aviões, em grande parte, foram derrotados pelas Forças de Defesa Aérea da Síria e do Líbano. De acordo com o ex-Comandante da IAF, Major-General Ezer Weizman (apud ALONI, 2002, p. 77), o ocorrido na Guerra do Yom Kippur podia ser resumido por uma frase curta: “o míssil quebrou a asa do avião”. A partir daí Israel passou a buscar uma solução para o problema, principalmente no que foi detectado como sua maior

---

34 De acordo com Laffin (1985, p.210) o primeiro modelo do Merkava possuía como inovação uma tecnologia de blindagem estratificada, que mesclava camadas ocas com camadas de aço. Essa tecnologia trazia mais resistência a impactos para o tanque e diminuindo os impactos que a tripulação sofria.

fragilidade na condução das operações de SEAD: a aquisição de inteligência em tempo real. O novo Grupo de Inteligência da IAF reestruturou o complexo destinado a coleta de informações e incorporou sistemas como “aeronaves de reconhecimento, sistemas de observação de longa distância baseados no ar e em terra, e os revolucionários Mini VANTs” (ALONI, 2002, p. 77). Esses VANTs (Veículos Aéreos Não-Tripulados) possuíam uma assinatura eletrônica e por isso podiam sobrevoar as baterias de SAMs inimigos e indicar sua exata localização e nível de prontidão, por meio de um sistema de aparelhos de televisão. De acordo com Aloni (2002, p.77) eles também trouxeram uma inovação para a avaliação de danos provocados por bombardeios, ao permitir a verificação dos danos causados por ataques. No novo sistema de inteligência militar da IAF, os VANTs correspondiam aos olhos, ao ver e informar o resto da cadeia sobre a posição de sistemas inimigos.

Os VANTs também desempenharam um papel importante na vetorização de sistemas de ataque aos radares inimigos. Eles podiam simular a assinatura digital de um caça e servir de chamariz para os radares dos SAMs inimigos. Assim, a IAF podia utilizar modernos mísseis antirradiação (inclusive lançados por peças de artilharia) contra os radares e impossibilitar o funcionamento efetivo dos SAMs. Sob uma “espessa 'neblina eletrônica' criada por vetores no ar e no solo” o esforço principal de ataque caberia aos F-4E Phantom II, com PGMs (Munições Guiadas de Precisão) Ainda, seriam utilizados os F-16 e os Kfir para o bombardeio comum (bombas ‘burras’), dando suporte a destruição total das baterias; e caças F-15, com o papel de proteger o restante das aeronaves em operação, combatendo as aeronaves inimigas (provavelmente MiG-21s ou MiG-23s).

Assim, o primeiro nível da SEAD israelense era composta pelos aviões de ataque ao solo e que empregavam munição convencional, sem guiagem: o Kfir e o A4-Skyhawk. Nesse nível estavam também os olhos de todo o sistema, os VANTs. No nível intermediário encontravam-se as aeronaves de interdição e escolta (F-4 Phantom II, F-16 e F-15E). Por fim, no nível mais alto, afastado da frente de batalha estavam os nervos e o cérebro do sistema israelense: a aeronave de comando e controle e alerta antecipado E-2 *Hawkeye C* e um Boeing 707 *ELINT* para desempenhar interferência de sinais e guerra eletrônica. O E-2 pode ser chamado de “nervos” desse sistema devido a sua conectividade com os VANTs e aeronaves de interdição e ataque, por meio de *datalinks*. Por ser o centro do gerenciamento da batalha, de são vetorados os alvos, avisados dos aviões inimigos que estão no ar e detectados ameaças, podemos considerar o computador do E-2 *Hawkeye* o cérebro do sistema israelense. De acordo com Carlos Lorch (2002, p.3) “ a campanha do Vale do Bekaa serviu de

laboratório para o planejamento das missões de SEAD da USAF contra as defesas iraquianas na abertura da Guerra do Golfo”. Papel considerável dessa experiência foi desempenhada pelos E-2 Hawkeye da IAF, que no Golfo foram substituídos pelos E-3 *Sentry* da USAF.

Durante as operações no Bekaa, os primeiros alvos foram, portanto, os radares. Com os VANTs posicionados como iscas (decoys), os radares foram acionados, atraindo os mísseis antirradiação. Dessa forma, com o caminho limpo de radares, os aviões de ataque entraram em cena, destruindo as baterias de SAMs em si. A atuação dos Phantom foi essencial, posto que conduziram a maior parte do ataque. Em pouco mais de duas horas de combate, 18 de 19 baterias de SAMs haviam sido destruídas ou seriamente avariadas, além de seus radares; isso tudo sem nenhuma perda israelense. Dando-se conta da derrota, os sírios enviaram seus MiG-21 e MiG-23 para a linha de frente, o que se demonstrou um erro. Os MiGs eram muito inferiores aos F-15 e F-16 israelenses e, ao fim do dia, 29 aeronaves sírias haviam sido abatidas pela pelos F-15 e F-16 israelenses, sem nenhuma perda para estes últimos (ALONI, 2002, p. 81-82).

A Síria continuou deslocando baterias de SAMs para o Líbano, principalmente dos SA-6, mas sem muito sucesso. Algumas delas eram interceptadas antes mesmo de chegar a seu destino final pelos ataques dos Phantom israelenses. No dia seguinte, só restavam duas baterias de SAM operacionais no Bekaa e mesmo estas encontravam-se avariadas.

Aqui, novamente, devemos destacar alguns pontos da estratégia operacional israelense para a manutenção de sua superioridade aérea. Primeiramente, a evolução dos procedimentos, técnicas e táticas utilizados no combate envolvendo baterias de SAMs, quando comparados à quase derrota da Guerra do Yom Kippur. Desta vez, percebe-se que a IAF estava, de fato, preparada para a ameaça da defesa antiaérea síria, com procedimentos adequados para a supressão da defesa antiaérea inimiga (SEAD – Supression of Enemy’s Air Defense).

Também devem-se destacar os aspectos táticos dessa ofensiva aérea, que se constituem como paralelos à campanha aérea no Golfo (1991). O uso de PGM contra os alvos, de forma a obter uma maior eficiência dos raids, além do uso de Contra-Medidas Eletrônicas (ECM) e de drones (tanto para reconhecimento e vetoração de munição quanto para a própria ECM). O emprego da tecnologia de ponta no campo de batalha, bem como o próprio conceito de que a SEAD seria essencial para garantir o apoio das forças aéreas ao solo, são prefigurações do que aconteceria no Golfo em 1991.

#### 4.4) Conclusões Preliminares – a Prefiguração do Golfo

Neste capítulo, a prefiguração da ALB se dá de modo quase integral. Guardadas as proporções, poder-se-ia indagar se a marcha de seis dias de Sharon a Beirute não é ainda mais impressionante que a Campanha da França (1940), de 45 dias, ou a própria Guerra do Golfo, tratada no primeiro capítulo e da qual se diz ter durado quatro dias (100 horas) – mas que somada à campanha SEAD, chegou a 44 dias (um dia de diferença em relação à da França).

À despeito de também se dar, grosso modo, em dois teatros de operações, dada sua proximidade, os passos e tarefas estabelecidas no cronograma de campanha são claramente sinérgicos entre si – diferentemente do que se viu no capítulo anterior em que se tratam de dois teatros de operações diferentes, ou mesmo do primeiro capítulo, em que há uma clara estanquidade entre as campanhas (SEAD e a luta terrestre e naval). Na Guerra de 1982, ao invés de uma longa campanha de bombardeio aéreo, se tem uma longa prospecção de assinaturas eletrônicas de radares. Graças a seus VANTs e ao banco de dados de assinaturas de radiação coletados, Israel valeu-se do potencial máximo de seus AGM-78 Standart modificados como “Egrof Segol” (LORCH, 2002).

Neste âmbito, deve-se também se salientar que Israel reteve seu aprendizado tático de 1973, não apenas do Golã, mas também do Sinai. A campanha de SEAD no Vale do Bekaa foi feita (como a de Sharon em sua cabeça de praia no Suez) com forças terrestres. Esse elemento importa sobremaneira ao Brasil, dado que, em nosso país, a força terrestre é encarregada da artilharia de costa e da defesa antiaérea.

Além de projeteis do obuseiro M-110 adaptados para terem sua propulsão auxiliada por foguete<sup>35</sup>, os israelenses lançaram mão de uma inovação, até onde se sabe inédita ainda hoje: o sistema Keres, que é constituído por versões terrestres do Egrof Segol e que cumpriram um importante papel na destruição dos radares sírios, sobretudo na neutralização dos sistemas móveis 2K12 Kub (SA-6 Gainful na nomenclatura OTAN), cujo desempenho na guerra anterior (1973) havia lhe rendido, por parte dos pilotos israelenses, a alcunha de “morte de três dedos” (SPECTOR, 2010). E então os sírios cometeram a mesma

---

35. Isso reduziu a capacidade de entrega, mas aumentou o alcance em 5 quilômetros desse sistema, que então chegou a 45 quilômetros.

imprevidência dos egípcios no Sinai: lançaram sua força aérea no Bekaa sem a cobertura dos SAMs e a consciência de situação oferecida pelos Centros Terrestres de Intercepção – uma vez que seus radares haviam sido destruídos. Obteve-se então a supremacia aérea necessária para efetuar-se desembarques anfíbios e lançamento de paraquedistas ao longo do percurso até Beirute (Sidon e Tiro). Desse modo, diferentemente do Golfo, a Marinha e os Fuzileiros Navais participaram ativamente da luta, tanto com a artilharia embarcada, quanto com o uso de forças anfíbias para operar a disrupção da retaguarda inimiga. Isto impediu que mesmo a tenacidade da resistência inimiga, nos locais onde se verificou, pudesse render-lhe frutos, posto que ficavam isolados, sem munição ou combustível – a OLP contava com perto de 230 carros, entre tanques e blindados. Além disso, as forças terrestres que penetraram na direção do Bekaa, ameaçavam a rota Beirute-Damasco e, como diversão estratégica, lançavam os Maronitas em Zahle. Como resultado, puderam emboscar os tanques sírios, àquela altura sem apoio aéreo, de juntar suas forças com a OLP e os maronitas tiveram êxito duvidoso de assegurar a destruição de Zahle pelos sírios. Ainda assim, isto serviu para reter contingentes e recursos importantes de infantaria e, sobretudo, artilharia.

Do êxito impressionante dos primeiros seis dias, que estarreceu não só a OLP, mas o mundo inteiro, seguiu-se um impasse excruciante da luta por Beirute. Aos episódios dramáticos de uma cidade bombardeada por aviões e artilharia, carente de luz, água ou remédio, seguiram-se, ao fim, os massacres de Sabra e Chatila. Longe de constituírem-se em aspectos isolados, a destruição de Beirute e a chacina dos palestinos prenuncia os “efeitos” ou o choque e pavor propostos na doutrina da USAF. O terror, indiscriminado, pior, voltado exclusivamente contra civis, é parte orgânica constitutiva da arquitetura da ALB, já que seu objetivo final é o “cheque-mate”, aniquilação e derrota total do inimigo. Evidentemente, não é mero acaso o fato de Sharon – até então um dos maiores heróis da história de Israel – ter sido acusado pelos próprios israelenses de crimes de guerra. Se de um lado isto é extremamente positivo, denota a resiliência dos valores morais judaicos frente à perversão do sionismo operada por certas facções político-militares israelenses, por outro lado, a personificação das atrocidades da campanha em um único indivíduo dificultou – talvez ainda dificulte – a compreensão sobre o nexos necessário entre conceito operacional, os objetivos que projeta para a alta política (vitória total) e o terror empregado para lográ-los.

A crença na guerra rápida e fulminante, conduzida a partir do ar com a promessa de vitória absoluta permanece tristemente viva até os dias de hoje. E mesmo o revés de 2006, ou as lúcidas recomendações da Comissão Winograd – fala-se da resenha publicada,

obviamente, a íntegra permanece classificada – foram capazes de levar os israelenses a uma reflexão mais profunda envolvendo o perfil de força, os valores do judaísmo e o conteúdo ético do sionismo. Em grande medida, pode-se atribuir esta omissão ao êxito posterior que o modelo israelense teve no Golfo em 1991, e ao fato da presença estadunidense no Oriente Médio ter sido interpretada como uma espécie de proteção e impunidade incondicional.

Sempre há uma retroalimentação – conquanto o conteúdo de seu resultado seja imprevisível, entre operações e estratégia. Como havia previsto Mearsheimer (2008), em 2008 o estabelecimento de tropas americanas por mais de 20 anos no Oriente Médio, que chegou a ultrapassar a cifra de 440 mil homens e mulheres (entre combatentes, administrativo e serviços), modificou as interações deste país com Israel, que claramente considera mais vantajoso uma boa relação com os árabes (até mesmo com o Irã), do que com Israel, que, aos olhos dos EUA, já cumpriu seu papel lutando por eles durante a Guerra Fria e, franquiando o acesso a eles na região no imediato pós-Guerra Fria. Excede as finalidades deste trabalho especular sobre as diversas arquiteturas envolvendo as relações futuras de Israel na região, e fora dela, para substituir a aliança especial com Washington. Mas permanece uma certeza: o espectro da herança moral da ALB revivida, com maior ou menor êxito – ainda que em menor escala –, quer contra o Líbano e a Palestina.

## 5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta conclusão, tenta-se relacionar as variáveis e indicadores elencados durante o primeiro capítulo com as experiências de guerra percorridas durante os dois capítulos seguintes. Dessa forma, cabe lembrar as variáveis e indicadores mencionados.

As principais variáveis da ALB na guerra aérea são (1) Logística Baseada no Aerotransporte; (2) SEAD; (3) Consciência de Situação; (4) Comando e Controle; (5) Golpes Decapitantes; e (6) Operações Baseadas em Efeitos. Igualmente, as principais variáveis da guerra terrestre são: (1) Profundidade; (2) Iniciativa; (3) Disrupção, enquanto seus principais indicadores são a ocorrência ou presença de (a) Domínio do Ar; (b) Munição Guiada de Precisão (PGM); (c) Sistema de Radar de Vigilância Conjunta e Vetoramento para Ataque embarcado (JSTARS).

**(1) Logística Baseada no Aerotransporte** – sintetizada pelos êxitos da Operação Escudo no Deserto, que serviu de suporte aos 800 mil soldados da Coalizão, dos quais mais de meio milhão eram estadunidenses. Todos os indicadores são superlativos, mas entre eles pode-se destacar os números do próprio Exército. Para 350 mil em presença (os demais eram da Marinha, Força Aérea e Fuzileiros Navais), foram deslocados 7 milhões de toneladas de suprimentos, 170 mil veículos, dentre os quais 12 mil eram blindados, 12.575 aeronaves, incluindo dois mil helicópteros, além de 52 milhões de refeições servidas e 32 mil toneladas de correspondências recebidas e enviadas. Em suma, tratou-se da maior ponte aérea da história.

Para além das cifras, seu efeito permanente – posto que influenciou a doutrina dos EUA e, ulteriormente de outros países – a criação de um novo conceito operacional baseado na conversão do Air Lift Support Command em Air Mobility Command (AMC), uma infraestrutura administrativa, que inclui pessoal, bases aéreas e pistas de pouso dispostas ao redor do mundo. O AMC é feito para planejar, sediar e distribuir suprimentos para o US Army em qualquer parte do globo. Os “braços e pernas” do AMC são constituídos pelas Alas de Mobilidade Aéreas<sup>36</sup>, dotadas de supercargueiros, como o C-5 Galaxy e o C-17 Globemaster. Os supercargueiros tem capacidade de reabastecimento em voo, o que é feito pelos KC-135 que também a integram a Ala Aérea. Esta conjugação de bases ou pistas, supercargueiros e supercisternas tornou virtualmente possível converter em rotina o feito

---

<sup>36</sup> . Do inglês, **Air Lift Wings**.

extraordinário da Operação Escudo no Deserto. Por isso a mudança de nome de “Support” para “Mobility”, incluindo elementos de combate (helicópteros de assalto orgânico do tipo AH-64 Apache). Embora, em parte por suas dimensões, este elemento seja pouco visível em Israel, a mobilidade aérea (verdade que com outros tipos de aeronave de asa fixa ou mesmo rotativa) foi um componente crucial nas operações “Gazelle” (1973 – Sinai) e “Paz para a Galiléia” (1982 – Líbano).

Fica em aberto saber quanto a disposição desta infraestrutura logística – associada ao domínio espaço-ar do qual se falará adiante – possa ter contribuído para a percepção, ainda hoje muito disseminada em Washington, acerca dos EUA deterem o “Comando dos Comuns”<sup>37</sup> e poderem conduzir sua PES em bases unilaterais (sem apoio da ONU ou de aliados regionais) em qualquer parte do globo.

(2) **Supressão de Defesas Anti-Aéreas<sup>38</sup> (SEAD)** – este conceito cobriu o maior período da Operação Tempestade no Deserto, mais de 30 dias de guerra aérea para pouco mais de um décimo disto de campanha terrestre (4 dias/ 100 horas). A SEAD é a dimensão operacional (conceitual) de uma série de procedimentos e técnicas de combate, envolvendo a destruição de combustível, radares, pistas de pouso, postos de Comando de Interceptação Aérea do inimigo (computadores) e a rede de troncos de fibra ótica que se estendiam pelo país, interligando SAMs, radares e aeronaves. Também inclui, obviamente, da destruição das aeronaves inimigas em terra ou ar.

Estabelecer a superioridade aérea antes de empreender operações terrestres ou navais é a marca distintiva de Israel. Mesmo em 1973, quando foram atacados de surpresa, tomaram o cuidado de estabelecê-la para, só então, empreender ataques em profundidade, quer no Sinai ou no Golã. Ao fim daquela conflagração foram os SAMs que infligiram as maiores perdas à Força Aérea de Israel (IAF)<sup>39</sup>, e não os MiGs sírios ou egípcios. Como se viu no último capítulo, que trata do Líbano (1982), a campanha no Vale do Bekaa constitui-se em um predecessor em escala reduzida da SEAD empreendida no Golfo.

---

<sup>37</sup> Comando dos Comuns – “Os comuns, no caso do mar do espaço, são áreas que pertencem a e nenhum Estado e provem acesso a grande partes do globo. O espaço aéreo tecnicamente pertence aos países abaixo dele, mas são poucos os países capazes de nega-lo para os aviões norte-americanos”. Do inglês “The “commons,” in the case of the sea and space, are areas that belong to no one state and that provide access to much of the globe. Airspace does technically belong to the countries below it, but there are few countries that can deny their airspace (...) to U.S. warplanes”(Posen, 2003; 9). O Comando dos Comuns, assim, diz respeito à capacidade de operação sem interferência ou ameaças nos chamados comuns, além da capacidade de negação do uso dos comuns a outros países.

<sup>38</sup> . Do inglês, **Suppression of Enemy Air Defense** – Supressão de Defesa Antiaérea.

<sup>39</sup> . Israeli Air Force

O conceito se mantém atual e subsiste no sucedâneo proposto para a ALB, a AirSea Battle, onde associa-se ao conceito tradicional de SEAD a noção de preempção e golpe decapitante, conforme previsto nos procedimentos e técnicas expressos pelo Ataque em Profundidade, Integrado e em Rede para Desabilitar, Destruir e Derrotar (NIA-D3)<sup>40</sup>, que deram nova face à SEAD. Para realizar-se, simultaneamente, os objetivos descritos, faz-se necessária a preempção (elemento de surpresa), que, por fim, coloca os EUA na posição de agressor. Nesse caso, o fator surpresa faz as vezes de substituir a lenta preparação envolvendo o Escudo no Deserto e o avanço das tecnologias de defesa antiaérea na obtenção da supremacia aérea.

**(3) Consciência de Situação, Comando e Controle** – Comando é o ato de expedir instruções, ordens ou diretivas. Controle é o processo pelo qual se tem ciência se foram cumpridas ou não, em que medida e, em suma, qual o resultado. Como esse processo depende da visualização do campo de batalha, ao há sentido tratá-lo em separado da consciência de situação. Cumpre agora saber em que medida a variação da consciência de situação afetou as funções de comando e controle.

Enquanto isso, a Consciência de situação, grosso modo, trata-se da capacidade de saber o que se passa no campo de batalha – note-se, ver o que acontece não é o mesmo que poder interferir. Desde sempre, interar-se do que está ocorrendo em campo tem sido uma preocupação dos comandantes: de início, esse acompanhamento era direto, efetuado pelo próprio comandante em uma posição elevada; a ampliação das dimensões da batalha foi dotando a função natural, facultada pela visão humana, de um grau crescente de artificialidade. De início, os artifícios eram relacionados a apenas ampliar a visão (por exemplo: binóculos, balões, aeronaves de observação, etc.) mas mesmo estes engenhos (com a exceção do binóculos) envolviam novos artifícios, desta feita relacionados ao processo de comunicação humana (como é o caso de estafetas e mensageiros, telégrafo, rádio, etc.).

A caixa de areia foi a primeira tentativa de organizar esse processo de informação (dado) e comunicação (transmissão à distância) em uma espécie de interface analógica e rudimentar, mas efetiva. Com o concurso do rádio, já foi possível estabelecer uma interface (ainda analógica) mais dinâmica: o quadro de situação, que situado na sala de mesmo nome permitia a coordenação de forças em diferentes frentes, ou mesmo teatros de operação. O concurso da eletrônica, facultado pelo transistor e mais tarde pelo chip (semicondutor)

---

<sup>40</sup> .Do ingles, **Networked Integrated Attack In Depth to Disrupt Destroy and Defeat** (NIA-D3).

suscitou o surgimento de uma versão ainda mais dinâmica e replicável na tela de qualquer computador: o boletim eletrônico de batalha. Por fim, tornou-se possível efetivar e distribuir esse processo de informação e comunicação em tempo real permitindo a interferência imediata do comando (expedição de ordens ou diretivas) e o exercício também simultâneo da função de controle – saber se essas puderam ou não ser executadas e em que bases (i.e.: controle de dano por bombardeio).

A revolução antevista pelos fundadores do TRADOC tomou forma através do E-3 Sentry, que reuniu em uma única plataforma um sistema de aquisição, processamento e distribuição de dados táticos, o JTIDS (Joint Tactical Integrated Distribution System). É impossível atribuir esta inovação apenas a Israel, afinal, trata-se de todo um acúmulo histórico e tecno-cognitivo humano. Mas seja a destruição das forças aéreas no Iraque ou de suas forças terrestres, em particular seus tanques e forças de elite, deveram-se justamente à intervenção do JTIDS, que combinou as armas através de domínios cruzados – transgredindo as fronteiras estabelecidas pelas forças (aéreas, terrestres ou navais).

Esta experiência em particular pode ser creditada à utilização do predecessor do E-3 Sentry, o E-2 Hawkeye associado ao emprego de VANTs de vários tipos. Estes elementos conjugados permitiram a construção de um banco de dados de assinaturas eletrônicas dos radares sírios no Bekaa em 1982, provendo consciência de situação acerca do que se passava nas diferentes frentes, e tornando possível o processamento e a distribuição de dados para armas em terra, mar ou ar. Essa sinergia, que opera uma espécie de metacominação de armas (porque está além das forças que a servem) é que tornou real a possibilidade de atacar simultaneamente, de forma coordenada, a retaguarda e o front inimigos à distâncias tão vastas como a de 300 quilômetros.

Para alguns, a marcha de Sharon a Beirute (seis dias) é mais impressionante que a campanha da França (1940) – 45 dias – ou mesmo a Guerra de Cem Horas – cuja duração é atribuída apenas a seu momento terrestre, abstraindo-se os 40 dias de campanha aérea (que nesse caso, igualariam a campanha da França). Como consequência deletéria da integração entre a consciência de situação e o comando e controle (C2), fortaleceu-se o mito acerca das guerras “ganhas no planejamento”, que remontam ao século XIX (desta feita, fundamentadas na simulação de batalhas) e de que saber o que passa no campo de batalha pode assegurar previamente o resultado de uma campanha ou da própria guerra.

**(5) Golpes Decapitante e o Ciclo OODA**<sup>41</sup> – Originalmente utilizado na teoria da guerra nuclear, um golpe decapitante é um primeiro ataque que tem por objetivo eliminar os mecanismos de comando e controle de um adversário, na esperança de isto irá severamente degradar ou destruir sua capacidade de retaliação nuclear. O termo "golpe decapitante" tem sido utilizado de forma análoga ao descrever o assassinato de quadros inteiros de liderança através de meios de guerra convencional, paralisando o processo decisório. (GOLDMAN, 2011: 89).

Entretanto, o conceito não se restringe à direção nacional do país (presidência e ministérios), mas à eliminação da função de Comando, de transmitir ou receber-se ordens. Como procurou-se demonstrar acima, a consciência de situação, bem como o comando e o controle, conquanto constituam-se para efeitos de abstração em tarefas que podem ser logicamente bem delimitadas, na vida real só cumprem suas finalidades se forem efetuados simultaneamente.

John Boyd deu a esta reflexão um sentido epistemológico e cognitivo mais amplo, através do que denominou como Ciclo OODA (Observar, Orientar, Decidir e Agir). Para Boyd há um processo comum a qualquer ação humana, no qual se observa um fenômeno e processa-se esta observação (orientar) através de referenciais existentes, para que se possa tomar uma decisão acerca da escolha de influir ou não sobre este fenômeno e, se positivo, a forma como esta influência se dará. Por fim, tomadas as decisões, tem-se a ação. Concluída a ação, observa-se novamente, buscando-se os efeitos e/ou evoluções resultantes (COSTA, 2014, p.25).

Desse modo, os golpes decapitantes, postos em prática com a assistência do próprio John Boyd na Guerra de 1991, tinham como propósito mais do que exterminar lideranças, destruir computadores ou desabilitar redes, paralisando o próprio processo cognitivo humano. Tanto no que tange à direção política e o Estado, às forças armadas ou o povo, em suma, à trindade segundo a qual repousa a guerra, de acordo com Clausewitz. Em 1991, o principal instrumento utilizado para decapitar/operar disrupção/paralisar o processo cognitivo eram as “operações baseadas em efeitos”.

**(6) Operações Baseadas em Efeitos** – Trata-se de um eufemismo para o termo terror, que neste caso transcende o campo de batalha e, em conformidade com o princípio da

---

<sup>41</sup> OODA Loop – Observation, Orientation, Decision and Action, ou Observação, Orientação, Decisão e Ação.

profundidade, impactam igualmente civis e militares, frente e retaguarda em termos simultâneos. Ullman e Wade (1996). perceberam a interconexão entre paralisia cognitiva e os efeitos, procurando sintetizá-los – de forma substancialmente mais clara – na doutrina do Choque e Pavor. Embora só sistematizada mais de uma década depois da Guerra de 1991, serve como modelo descritivo daquela. Um dos primeiros golpes sobre Bagdad caiu sobre o bunker de Amiriyah, onde haviam mais de 400 pessoas, dentre elas membros das famílias da alta direção do Baath. A ideia, que é creditada a Boyd – e não a Ullman e Wade –, segundo pode-se apurar era a de passar uma mensagem à população de Bagdad de que se a direção político-militar não podia assegurar a vida de suas próprias famílias, tão pouco o seria de defender o país.

A literatura discute até hoje o resultado das operações baseadas em efeitos ou do choque e pavor, sem que tenha sido possível estabelecer qualquer tipo de consenso (para muito além das controvérsias comuns ao conhecimento na área de humanidades dada a inexistência de uma métrica). Fica apenas a certeza resultante das “tempestades de fogo” produzidas pela conjugação do emprego de alto explosivo com incendiárias ou napalm e fósforo branco, que consomem indistintamente vidas e moradias. De fato, nada melhor do que choque e pavor para definir Bagdad em chamas após o ataque da coalizão. Parece um deboche que a propaganda àquela época definisse este tipo de guerra como “limpa”, com armamento “cirúrgico”, e que alvejava apenas alvos militares (exemplares).

Este componente de terror, que pode destruir não apenas a coesão moral, mas o próprio tecido social tem levado outros países a adotarem o que uma vez DuPuy chamou de “Defesa Ativa”, no intuito de esconjurarem o choque e pavor para além de suas fronteiras, levando a batalha ao campo inimigo. Surge um risco sistêmico de que a preempção se generalize enquanto procedimento tido como legítimo – apesar de claramente ilegal pela carta da ONU – e, derrocar a Ordem Internacional.

(a) Domínio do Ar; (b) Munição Guiada de Precisão (PGM); (c) Sistema de Radar de Vigilância Conjunta e Vetoramento para Ataque embarcado (JSTARS).

Acerca a força terrestre resta dizer que através da (1) **Profundidade**, da (2) **Iniciativa** – ou o ataque a qualquer custo –, e da (3) **Disrupção**, a Doutrina procura dar consecução, sobre o terreno, aos conceitos, técnicas e procedimentos da guerra aérea descritos acima. A ideia da profundidade repousa, do ponto de vista tático, na conjugação da munição guiada de precisão, concentrações extremamente precisas de artilharia, aeronaves de asa fixa (A-10

Thunderbolt II) ou rotativa (AH-64 Apache), que impulsionaram a vanguarda couraçada com tanques dotados de blindagem composta e controle de tiro por computador, para que possam penetrarem dezenas, se possível centenas de quilômetros. Nesse sentido, usa-se o carro de combate nem tanto para interdição tática, mas como apoio da campanha de SEAD e de interdição de teatro.

Caso se tome o exemplo da Marcha para Bagdad, ocorrido na guerra seguinte (2003), poder-se-ia atribuir ao tanque na ALB até mesmo funções estratégicas ligadas à decapitação; enquanto os carros estadunidenses atravessavam Bagdad, todo o Iraque atrás deles permanecia lutando. O abastecimento dessas vanguardas é feito através de Cabeças de Ar (AirHeads), neologismo que procura retratar, para efeitos de emprego do poder aéreo, a mesma função de cabeças de ponte nas forças terrestres e cabeças de praia nas forças anfíbias. Para investigações futuras, cabe covalidar, ou refutar, a forte impressão de que, na ALB o exército se torna um instrumento suporte da Força Aérea e não o contrário, como habitualmente se compreende.

Resta dizer que todo o edifício SEAD/Disrupção/Cabeças de Ar está assentado no pressuposto – de difícil consecução entre as grandes potências da atualidade – de que a mais completa supremacia aérea poderá ser obtida. Sem choque e pavor (estratégia), sem cabeças de ar (operações/logística), resta o atrito e o impasse e, então, se fará sentir a ausência da massa, da capacidade industrial e produtiva, e de junto com o material as estruturas de treinamento e educação para repor pessoal.

Este estudo foi feito sobretudo à guisa de aprendizado. Pretendeu – e em alguma medida isto foi feito – estabelecer variáveis (no que se teve mais êxito) e indicadores. Destes últimos ficou-se mais distante, porque dependem de um esforço de pesquisa mais detalhado, que é quem pode fornecer este tipo de dado. Infelizmente, não foi possível fazer isso no âmbito do TCC.

Resta, pois, tratar minimamente do que se pretende empreender em pesquisas futuras. Além do já aludido aspecto descritivo, envolvendo uma segmentação analítica clara entre as esferas da estratégia, operações e tática – que permitem distinguir o nível político, o das campanhas e o das batalhas –, há um sem número de elementos nos quais pode-se aprofundar o esforço de pesquisa: um estudo mais minucioso acerca do papel cumprido pelo aerotransporte nas Operações “Gazzelle” e “Paz para a Galileia”; e, em direção oposta, um

estudo acerca do papel do AirLand Battle na Ordem Mundial, na tendência à profissionalização e preempção, ou, ainda, ao mito da “sociedade pós-industrial”.

Em um plano intermediário, pode-se estudar a conexão entre “efeitos”, choque e pavor e a guerra psicológica de espectro total – a ideia de prescindir do bombardeio, da própria guerra para obter a quebra da moral e do próprio tecido social do país alvo. A denominada Guerra de 5ª Geração, onde não se sabe quem é o inimigo, quais são as finalidades da guerra, inexistindo margem para qualquer tipo de negociação de paz; em que a sobrevivência depende de elementos subjetivos como a “capacidade de produzir e entregar valores” (SILVA & LUNA, 2015: Palestra).

Há, ainda, a possibilidade e a importância da parceria Brasil-Israel, que, devido às circunstâncias e limitações, foi o ponto mais negligenciado. Conquanto tenha ficado subsumida na busca da construção da tipologia sobre quais os elementos constitutivos da ALB, cumpre salientar que Brasil e Israel são dois países semiperiféricos que recentemente tornaram-se exportadores de hidrocarbonetos – como já antecipava Woffchuck em 2008 –, foram abandonados por seu principal aliado (EUA) e que precisam inserir-se em suas respectivas regiões. Devido a suas especificidades únicas – de serem os elementos de diferença dentro de uma região homogênea – ambos têm de se refundar enquanto Estados e Sociedades para se inserirem virtuosamente em suas regiões e, por intermédio delas, na política mundial. De qualquer modo, este, bem como outros temas, terão de obrigatoriamente ficar para trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS

ALONI, Shlomo. Punhos de Ferro! Junho de 1982 – O Avião Vence o Míssil no Vale do Bekaa. **Revista Força Aérea**. Nº 27 – Jun/Jul/Ago 2002. pp. 72-83.

BERNITT, Thomas R. & TANGREDI, Sam J. Mine Warfare and Globalization: Low-Tech Warfare in a High-Tech World. In: TANGREDI, Sam. **Globalization and Maritime Power**. Washington D.C: National Defense University Press, 2012.

BOLKCOM, Christopher. **Military Suppression of Enemy Air Defenses (SEAD): Assessing Future Needs**. Washington D.C: Congressional Research Service, 2005. Disponível em: <<http://fas.org/man/crs/RS21141.pdf>>. Acesso em 17 de Novembro de 2015.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **EUA EUSS: O Grande Desafio**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

CHANT, Christopher. **The Air War in the Gulf 1991**. Oxford: Osprey, 2001.

COSTA, João Gabriel Burmann da. **Boyd e Szafranski: elementos de estudo da Guerra Psicológica de Espectro Total**. Porto Alegre, 2014. 84f. Monografia

DEPARTMENT OF THE ARMY. **FM 100-5: Operations**. Washington: Department of the Army, 1982.

\_\_\_\_\_. **FM 100-5: Operations**. Washington: Department of the Army, 1986.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **Joint Publication 1-02** Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms. Washington: Office of the Joint Chiefs of Staff, 2014.

DUNSTAN, Simon. **The Yom Kippur War 1973 (1): The Golan Heights**. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

DUNSTAN, Simon. **The Yom Kippur War 1973 (2): The Sinai**. Oxford: Osprey Publishing, 2003.

EDITORA RIO GRÁFICA (Rio de Janeiro). **Guerra na Paz**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984. 5 v.

EISENSTADT, Michael; SCHENKER, David. Syria's Role in the War in Lebanon. POLICYWATCH 1139. **The Washington Institue**. 08 de Agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/syrias-role-in-the-war-in-lebanon>> Acesso em 17 de novembro de 2015.

EUA (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA). **Dictionary of Military and Associated Terms**. Joint Publication 1-02. Washington D.C: Department of Defense, 2015.

FINLAN, Alastair. **Essential Histories: The Gulf War 1991**. Oxford: Osprey, 2003.

GOLDMAN, Jan. **Words of Intelligence: An Intelligence Professional's Lexicon for Domestic and Foreign Threats**. Lanham: Scarecrow Press, 2011.

GUNZINGER, Mark. **Outside-In: Operating from Range to Defeat Iran's Anti-Access and Area Denial Threats**. Washington: CSBA, 2011.

HUGHES-WILSON, John. **Military Intelligence Blunders**. New York: Carroll & Graf Publishers, 2000.

HUSS, Jon. Explorar os efeitos psicológicos do poder aéreo: um guia para o comandante operacional. **Air&Space Power Journal**. Washington, 1º Trimestre. 2001.

KOPP, Carlo. AEW&C - Phased Array Technology. **Australia Air Power**, 1994. Disponível em: [<http://www.ausairpower.net/aew-aesa.html>] Acessado em: 17/11/2015.

KOPP, Carlo. SAR/GMTI - A Revolution in Bombing Technology. **Australia Air Power**, 1997. Disponível em: [<http://www.ausairpower.net/sargmti-intro.html>] Acessado em: 17/11/2015.

LAFFIN, John. **The War of Desperation: Lebanon**. Londres: Osprey Publishing, 1985. (ISBN 0850456037)

LORCH, Carlos. Uma Vitória Incontestável: combates aéreos sobre o Líbano. **Revista Força Aérea**. Nº 27 – Jun/Jul/Ago 2002.

MEARSHEIMER, John J. Maneuver, Mobile Defense and the NATO Central Front. **International Security**, Cambridge, V. 6, N. 3, p.104-122 Winter 1981.

MEARSHEIMER, John J. **The Israel Lobby in the United States**. Jordan Journal of International Affairs. v. 1, n 3, p. 35-44. Summer 2008.

MEARSHEIMER, John J.. Why the Soviets Can't Win Quickly in Central Europe. **International Security**, Cambridge, v. 7, n. 1, p.03-39, Summer 1982.

MILLER, Judith & MYLROIE, Laurie. **Saddam Hussein e a Crise do Golfo**. São Paulo: Scritta, 1990.

NEVES, Edson José. **A Modernização Militar da Índia: As Virtudes do Modelo Híbrido**. 2015. 351 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais), Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PIETRUCHA, Michael W. **Essay: Strategies that Matter – One Size Fits None**. U.S. Naval Institute News (28/10/2015). Acesso em 04/11/2015.

PIKE, John. BGM-109 Tomahawk. **Global Security**, 2011. Disponível em: [<http://www.globalsecurity.org/military/systems/munitions/bgm-109.htm>]. Acessado em: 17/11/2015.

POLMAR, Norman. The U.S. Navy Electronic Warfare (Part 2). In **Proceedings Magazine** Vol. 105, November, 1979. Maryland: United States Naval Institute, 1979.

POSEN, Barry. Command of the Commons: the military foundation of U.S hegemony. **International Security**, Vol 28, No. 1, pp. 5-46. Massachusetts, 2003.

RICHARDSON, Doug. **Guerra Eletrônica**, Volume I. In Guias de Armas de Guerra. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1986.

ROMJUE, John L. **The Evolution of the AirLand Battle Concept**. Air University Review, (May/June 1984)

SCHUBERT, Frank N. & KRAUS, Theresa L. **Tempestade do Deserto**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

SPECTOR, Iftach. **Alto e Bom Som**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2010.

TOFFLER, Alvin & TOFFLER, Heidi. **Guerra e Anti-Guerra**. Rio de Janeiro: Record, 1994

ULLMAN, Harlan K.; WADE, James P. **Shock and Awe: Achieving Rapid Dominance**. Washington: National Defense University, 1996

WILSON, C. **Network Centric Operations: Background and Oversight Issues for Congress**. Washington: Congressional Research Service, 2007.

WOFCHUK, Mauricio M. **Oportunidades e desafios na cooperação aeroespacial entre Brasil e Israel**. Porto Alegre, 2008. 113f. Monografia.